

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DANIELE LEAL DE ARAÚJO

Dinâmicas Espaciais no Município de Taboão da Serra: análise espacial do município a partir da aprovação do Plano Diretor e o reflexo no presente (2006-2020) por abordagens no urbano e cotidiano

Spatial Dynamics in the Municipality of Taboão da Serra: spatial analysis of the municipality from the approval of the Master Plan and the reflection in the present (2006-2020) by urban and everyday approaches

São Paulo

2021

DANIELE LEAL DE ARAÚJO

Dinâmicas Espaciais no Município de Taboão da Serra: análise espacial do município a partir da aprovação do Plano Diretor e o reflexo no presente (2006-2020) por abordagens no urbano e cotidiano

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A658d Araújo, Daniele
Dinâmicas Espaciais no Município de Taboão da Serra: análise espacial do município a partir da aprovação do Plano Diretor e o reflexo no presente (2006-2020) por abordagens no urbano e cotidiano / Daniele Araújo; orientadora Glória Alves - São Paulo, 2021.
53 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Taboão da Serra. 2. Plano Diretor. 3. Urbanização. 4. Sensoriamento Remoto. 5. Análise Espacial. I. Alves, Glória, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu irmão, que sempre estiveram presentes em minha trajetória dando todo o apoio e suporte necessário.

AGRADECIMENTOS

Finalizo a graduação em um ano totalmente atípico (pandemia) e não poderia deixar de agradecer a todos que me acompanharam nessa jornada me oferecendo apoio e suporte sempre que necessário.

Agradeço em especial minha mãe, Maria, por toda a confiança e carinho durante toda a minha vida, por todo o suporte e cuidado para que eu chegassem onde estou. Isso não seria possível sem ela.

Agradeço meu irmão, Jefferson, pelo compartilhamento na vida e rotinas, por sempre confiar em mim e estimular o meu crescimento, estando sempre presente em minhas realizações.

Agradeço a minha orientadora, Dra. Glória da Anunciação Alves, por ser essa professora e orientadora excelente: por todo o suporte, aprendizado, paciência e leveza durante minha trajetória de orientação.

Ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo por todas as trocas e aprendizados dentro e fora da sala de aula, fazendo assim a Geografia ser peça fundamental e essencial na minha vida.

Aos meus amigos que a faculdade trouxe, os meus mais sinceros muito obrigada: Leonardo Rattis, por estar comigo desde o primeiro ano até o final da graduação. E aos demais: Ana Paula, Isabela Pires, Deyse Marques, Filipe Rodrigues, Jonathan Lima, Nádia Malieno, Greice Garib, Jackson Brito e Mateus Porto. Sem vocês, a minha trajetória não teria sido tão incrível como foi.

A minha amiga, Karina, por sempre me acompanhar e ser extremamente necessária e importante na minha vida.

E aos demais que compartilham da vida e dos acontecimentos comigo. São pessoas e momentos que me move, e ter pessoas tão incríveis e ser rodeada de carinho é o que faz essa conquista ser concluída. Compartilho essa conquista com todos vocês, pois só com vocês foi possível tornar esse sonho realidade.

Os meus sinceros: muito obrigada!

Problemas na cidade

Porque o sistema deles só te coloca pra baixo

Há problemas, há problemas na cidade

(COLDPLAY, 2019)

RESUMO

ARAÚJO, Daniele Leal de. **Dinâmicas Espaciais no Município de Taboão da Serra:** análise espacial do município a partir da aprovação do Plano Diretor e o reflexo no presente (2006-2020) por abordagens no urbano e cotidiano. 2021. 53 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O presente trabalho busca abordar, a partir de análises espaciais por imagens de satélite do Google Earth e dados referente sobre o Uso e Ocupação do Solo (com a utilização do Mapbiomas) do município de Taboão da Serra, as transformações espaciais e o comportamento destas transformações de Taboão da Serra, localizado no Estado de São Paulo, a datar da aprovação e criação do Plano Diretor do município (2006) até o ano de 2020. Após este levantamento de dados e análises, ser possível responder: a implementação do Plano Diretor no município, a partir dos anos analisados, foi de alguma forma aplicado e representado espacialmente? A partir da transformação da paisagem, é possível verificar áreas que não representam, espacialmente, os objetivos do Plano Diretor no que se refere a moradias adequadas? Responder os possíveis motivos dos resultados obtidos a partir das bibliografias indicadas referentes ao urbano e o cotidiano aplicado em Taboão da Serra.

Palavras-chave: Plano Diretor, Taboão da Serra, análise espacial, município, urbano, cotidiano.

ABSTRACT

ARAÚJO, Daniele Leal de. **Spatial Dynamics in the Municipality of Taboão da Serra:** spatial analysis of the municipality from the approval of the Master Plan and the reflection in the presente (2006-2020) by urban and everyday approaches. 2021. 53 p. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

The present work seeks to address, based on spatial analysis by Google Earth satellite images and data referring to Land Use and Occupation (using Mapbiomas) in the municipality of Taboão da Serra, the spatial transformations and the behavior of these transformations of Taboão da Serra, located in the State of São Paulo, from the approval and creation of the Municipal Master Plan (2006) until the year 2020. After this data collection and analysis, it is possible to answer: the implementation of the Master Plan in the municipality , from the benefit years, was it somehow promoted and represented spatially? From the transformation of the landscape, is it possible to verify the areas that do not spatially represent the objectives of the Master Plan in what refers to related housing? Respond to the possible reasons for the results obtained from the indicated bibliographies referring to the urban and daily life used in Taboão da Serra.

Keywords: Master Plan, Taboão da Serra, spatial analysis, municipality, urban, everyday.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto em residência no bairro Parque Pinheiros, em Taboão da Serra	15
Figura 2 - Layout do site Mapbiomas onde se obtém dados de uso e cobertura do solo	18
Figura 3 - Tela QGIS procedimentos do gerenciador de fontes de dados livres	19
Figura 4 - KML do município acima do banco de dados obtidos com o Mapbiomas	19
Figura 5 - Camada municipal após aplicação na barra de ferramentas	20
Figura 6 - Escolha de Sistema de Referência de Coordenadas (SRC)	21
Figura 7 - Exibição de layout Google Earth Pro	22
Figura 8 - Obtenção de imagens por sensoriamento remoto a nível orbital	38

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Taboão da Serra - Hipsometria	14
Mapa 2 - Localização do Município de Taboão da Serra	27
Mapa 3 - Google Earth do município no ano de 2006	41
Mapa 4 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2006	41
Mapa 5 - Google Earth do município no ano de 2009	42
Mapa 6 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2009	42
Mapa 7 - Google Earth do município no ano de 2012	43
Mapa 8 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2012	43
Mapa 9- Google Earth do município no ano de 2015	44
Mapa 10 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2015	44
Mapa 11- Google Earth do município no ano de 2018	45
Mapa 12 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2018	45
Mapa 13- Google Earth do município no ano de 2020	46
Mapa 14 - Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2019	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
USP	Universidade de São Paulo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
PMTS	Prefeitura do Município de Taboão da Serra
PDTS	Plano Diretor de Taboão da Serra
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
KML	Keyhole Markup Language

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 JUSTIFICATIVA	15
3 OBJETIVOS	16
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS	16
4.1 SOFTWARE UTILIZADO	17
4.2 MÉTODOS UTILIZADOS	17
5 A CONSTRUÇÃO DO URBANO NA SOCIEDADE MODERNA	22
5.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO	24
5.2 TABOÃO DA SERRA: HISTÓRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO	27
5.3 TABOÃO DA SERRA E O URBANO	28
6 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	31
6.1 PLANO DIRETOR: DEFINIÇÕES E CONCEITOS	33
6.2 PLANO DIRETOR DE TABOÃO DA SERRA	35
7 SENSORIAMENTO REMOTO: BREVE HISTÓRIA	37
7.1 APLICAÇÕES DO SENSORIAMENTO REMOTO	39
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
9 CONCLUSÃO	48
10 REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Taboão da Serra é um município da região metropolitana de São Paulo, localizado na zona sudoeste, fazendo divisa com o município de São Paulo de forma conturbada. Sua fundação ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1959, tendo sido emancipado do município de Itapecerica da Serra dia 1 de janeiro de 1959.

Possui área de 20,388 km², sendo o quarto menor município do Estado de São Paulo. Sua população passou de 244.528 habitantes em 2010 para uma população estimada de 293.652 em 2020 (IBGE,2020). Essas características tornam Taboão da Serra o município de maior densidade demográfica do país, com aproximadamente 14.438 habitantes/km². Seu IDH, de acordo com o censo de 2010, é 0,769.

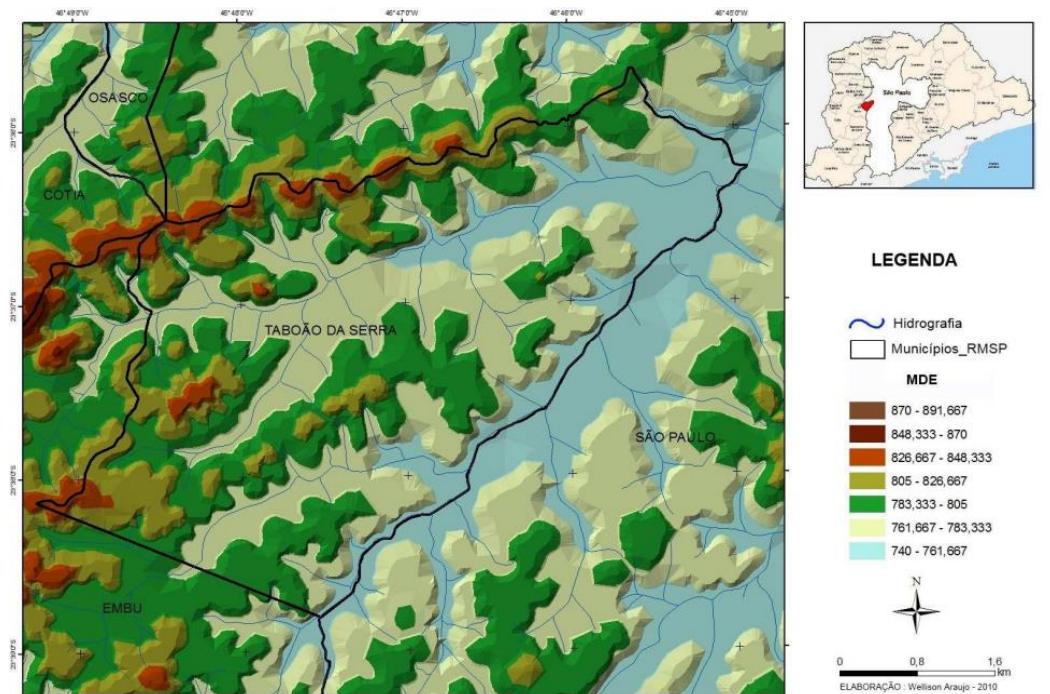
O povoamento da região se deu por volta de 1910, quando se iniciou uma ocupação às margens dos córregos Poá e Pirajussara, conhecida como Vila Poá. A ocupação na época acontecia por construções de chácaras, e a agricultura de subsistência era a principal atividade local. A localização, sendo de rápido acesso ao centro expandido da cidade de São Paulo por meio de veículos, porém, ainda distante do centro de São Paulo, atraiu mais pessoas para a região. Em meados de 1950 a população já ultrapassava os 5 mil habitantes, e em 1953 a aglomeração de Taboão era um subdistrito de Itapecerica da Serra. Nesse período houve o início das manifestações para a emancipação do distrito, que ocorreu em 1959.

O núcleo urbano da cidade, atualmente, encontra-se concentrado às margens da Rodovia Régis Bittencourt, o que explicita a importância dessa rodovia federal para a região.

Ao longo dos anos, Taboão passou por um intenso processo de ocupação desordenada, o que implica problemas tanto por falta de infraestrutura, quanto por questões físicas (geomorfologia). Esses problemas são evidenciados nos casos de escorregamentos nos íngremes relevos, nas enchentes regulares e no grande acúmulo de lixo. A vulnerabilidade presente nas grandes metrópoles é observada em Taboão. Andersen (1992) apud (SMYTH & ROYLE 2000) define três características para a instalação dessa vulnerabilidade que são:

- A concentração de pessoas e de atividade num espaço definido e limitado;
- Um grande número de pessoas em atividade;

- A probabilidade de ocorrência de eventos naturais pela ação antrópica;



Mapa 1: Taboão da Serra - Hipsometria (ARAÚJO, 2010)

Todas essas características são encontradas em Taboão, que hoje apresenta a maior densidade demográfica do país.

Esses aspectos podem ser considerados causas dos maiores problemas urbanos do município, sendo eles a baixa taxa de cobertura vegetal devido às ações antrópicas, o crescimento desigual e contraditório da urbanização e da população, e a ocupação desordenada. A grande população combinada com a pequena área fazem com que no município não exista área rural. A característica totalmente urbana, assim como o enorme adensamento populacional fazem Taboão possuir uma paisagem altamente modificada.

A cidade apresenta, em muitas áreas, construções de baixo padrão, às vezes em encostas íngremes. Esses aspectos somados a retirada da cobertura vegetal e o adensamento das construções causam grande instabilidade ambiental nessas áreas.

Em 1970, Taboão possuía 40.945 habitantes, em 2000 esse número era de 197.644. Em 2007 os habitantes eram 228.010 e em 2019 chegou a 289.664. Em aproximadamente 50 anos a população de Taboão da Serra aumentou em sete vezes, em um espaço de pouco mais de 20km² (ARAÚJO, 2010).

Apesar de Taboão da Serra ser um município altamente povoado e com o IDH de 0,769 (IBGE, 2010), seu plano diretor começou a ser elaborado apenas em 2004/2005 pela Secretaria Municipal de Habitação, assessorada pela FAU/USP. O plano foi elaborado com urgência, visando atender a uma lei federal que determinava a urgente formalização de leis determinantes dos parâmetros de uso do solo, presente no Estatuto das Cidades. Estava previsto a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor pelos municípios com mais de 20.000 habitantes. A não realização desse plano acarretaria um possível prejuízo financeiro para o município, que poderia ficar proibido de receber recursos do Governo Federal. O plano foi aprovado em 10 de outubro de 2006.

2 JUSTIFICATIVA

A justificativa do presente trabalho vai de encontro a questão afetiva com Taboão da Serra. Residente do município há 23 anos e acompanhando de perto seus processos de transformação espacial ao longo dos anos, encontra-se no trabalho uma oportunidade de estudar, de maneira científica, os processos de transformação ao longo dos anos do município com a maior densidade populacional do Brasil (2015-2020).

Além disso, a busca com o presente trabalho também vai de encontro a entregar, tanto para a sociedade quanto para Taboão, pesquisa que busca entender, explicar e proporcionar conhecimento e ferramentas de compreensão de Taboão da Serra.



Figura 1: Foto em residência no bairro Parque Pinheiros, em Taboão da Serra. Daniele Leal de Araújo, 2021.

3 OBJETIVOS

Objetivo geral: analisar se o Plano Diretor foi eficaz no que tange a disposição espacial municipal habitacional a partir das análises espaciais.

Objetivos específicos: obter clareza acerca do cotidiano inserido no município; obter clareza a respeito do levantamento espacial e bibliográfico a partir do plano diretor, imagens de satélite e processamento de dados em softwares geográficos (QGIS).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

Em primeiro momento, como se conhece o interesse em desenvolver a pesquisa com o município de Taboão da Serra, os primeiros passos foram referentes em descobrir em entender com o que seria desenvolvido o tema central e a pergunta a ser respondida pela pesquisa.

Para chegar a um tema, buscou-se referências bibliográficas sobre o município e estudos feitos no mesmo. Durante esses levantamentos, a leitura e o levantamento sobre o Plano Diretor do município em 2006 passou a ser um ponto de partida para se pensar e se buscar estruturar o projeto.

A escolha do Plano Diretor como estudo do município deve-se ao fato de o mesmo ser o instrumento principal de política pública de planejamento urbano no município.

A partir destes levantamentos, chegou-se ao tema de se desenvolver estudo quantitativo sob a perspectiva temporal (2006-2020) das transformações do município, acompanhando dados de residências com saneamento básico, coleta de lixo e esgoto, edificadas com materiais apropriados (alvenaria) e a implementação de equipamentos sociais básicos (CRAS's, UBS's, Escolas, Equipamentos Esportivos).

Para conseguir esses dados, passa-se a pesquisar qual secretaria do município é responsável por identificar e fornecer estas informações. A secretaria responsável é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra (SEHAB). Entrasse em contato com a mesma e agenda-se uma reunião para tratar sobre os dados e obtenção dos mesmos para cunho científico. Nesta reunião, foi passado que eles não monitoram as informações que se buscava registrar com a pesquisa, apenas tendo como base referencial os dados do Censo do IBGE 2010. Como em 2020 não foi realizado o Censo por conta da pandemia, foi preciso deixar a ideia inicial da pesquisa de lado e buscar uma nova abordagem.

Após estudos bibliográficos e orientações, a nova abordagem e tema do trabalho visou, através de levantamentos cartográficos e dados de ocupação do solo do município, explicar os processos de transformação urbana a datar do Plano Diretor (ideia inicial) até o ano de 2020.

Para realizar referente pesquisa e levantamento de dados, estudou-se o processo de construção do município e de construção de urbano tanto na sociedade moderna, quanto na escala estadual do estado de São Paulo até alcançar o micro municipal.

Também foi preciso estudar e levantar dados sobre as políticas públicas brasileiras e o seu percurso até explicar as Políticas Públicas de Planejamento Urbano (na qual o nosso objeto de estudo, Plano Diretor, se enquadra).

Após percurso de políticas públicas, foi a vez de explicar sobre Sensoriamento Remoto: desde sua história até suas aplicações, visto que o levantamento por imagens de satélite e levantamento a partir de dados de Uso e Ocupação do Solo municipal é apresentado na pesquisa.

A partir dos estudos sobre imagens de satélite, a escolha das imagens do Google Earth foram de encontro a serem de altas resoluções e abrangerem a análise espacial com maiores detalhes no que se refere a disposição urbana do município e suas transformações ao longo dos anos.

A implementação dos dados de Uso e Ocupação do solo oferecidos pela plataforma do Mapbiomas foi uma escolha a obter detalhes, com maior precisão, da transformação do município ao longo dos anos. Esses dados são enriquecedores, e agregam a pesquisa maiores detalhes referente a análise. O dado, referente a 2019, foi o último disponibilizado pela plataforma Mapbiomas. Assim, o mapa de Uso e Ocupação do solo do município aplicou-se a 2019, ao invés de 2020.

O método de escolher a análise temporal de observar as transformações espaciais pelas imagens em um intervalo de três em três anos foi uma sugestão da orientadora a fim de se obter detalhes destas transformações ao longo de um curto período de tempo, sob a referência espacial.

4.1 SOFTWARE UTILIZADO

O processamento utilizado na computação de dados referentes a Uso e Ocupação do Solo foram feitos utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS 3.16.

4.2 MÉTODOS UTILIZADOS

O primeiro passo para obter os dados de Uso e Cobertura do Solo que foram trabalhados no software foi entrando no site da ONG: busca Mapbiomas>downloads>Mapas das Coleções. Após isso, entra no seguinte layout do site:

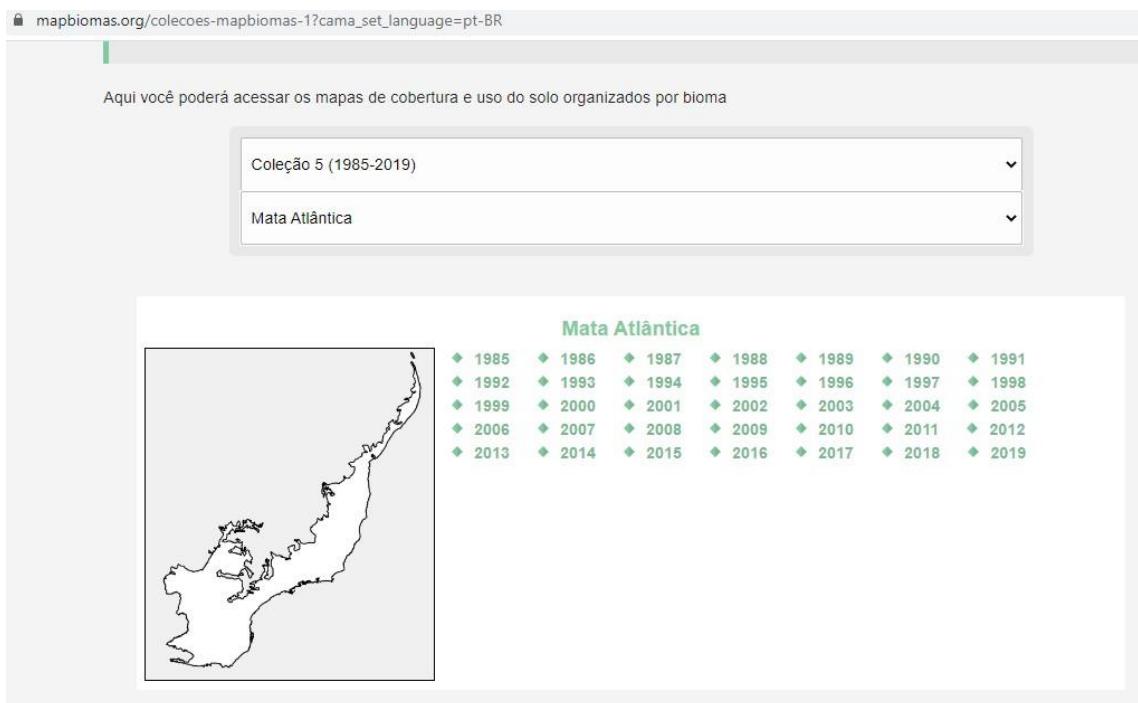


Figura 2: Layout do site Mapbiomas onde se obtém dados de uso e cobertura do solo. Mapbiomas, 2021.

Na parte mostrada pela imagem, tem a coleção referente aos dados do Programa e uma parte voltada ao bioma no qual é seu foco de estudo e busca. No caso de Taboão da Serra, o município está inserido na Mata Atlântica. Após isso, escolheu-se o ano para realizar o download dos dados.

Download feito, entrou-se no QGIS e clicou-se na ferramenta de gerenciador de fontes de dados livres e apareceu a seguinte tela:

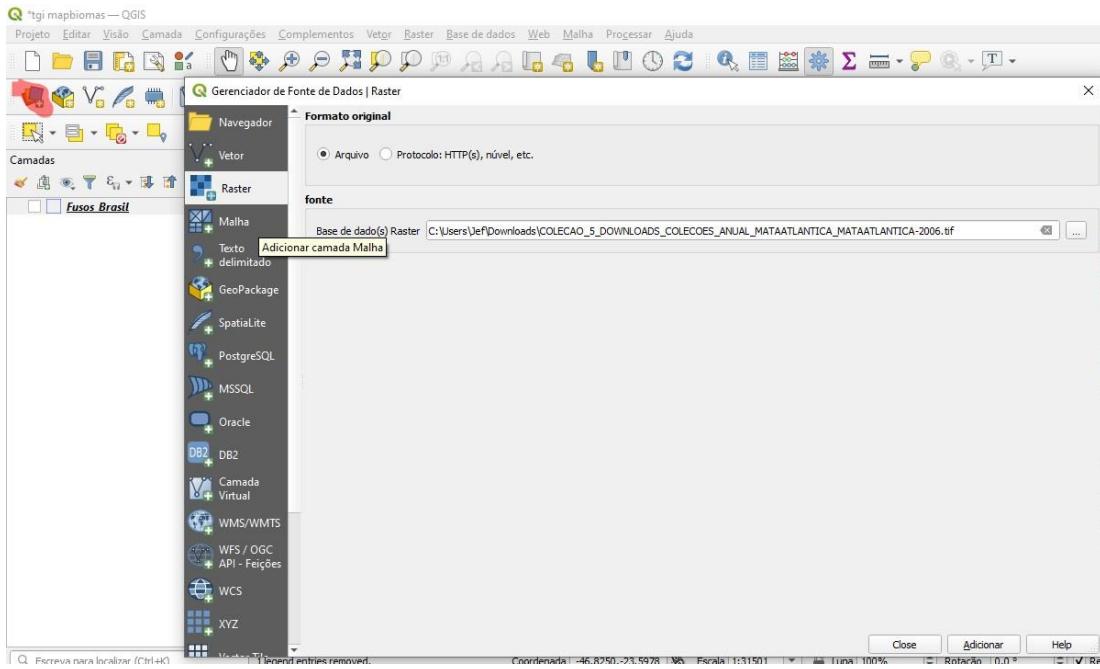


Figura 3: Tela QGIS procedimentos do gerenciador de fontes de dados livres.

Na tela, seleciona-se a ferramenta Raster e insere o download realizado pelo Mapbiomas. Adiciona-se na caixa inferior a direita na aba “adicionar”, e o arquvo será exportado para o Sofware.

Após açãoada a camada, retorna-se a aba de gerenciador de fontes de dados livres para inserir a camada municipal (KML). Nisso, açãoa-se a camada Vetor, acima de Raster, como mostra a imagem 5 e seleciona a camada salva no computador. Após inserção, a aparência do nosso QGIS encontra-se como:

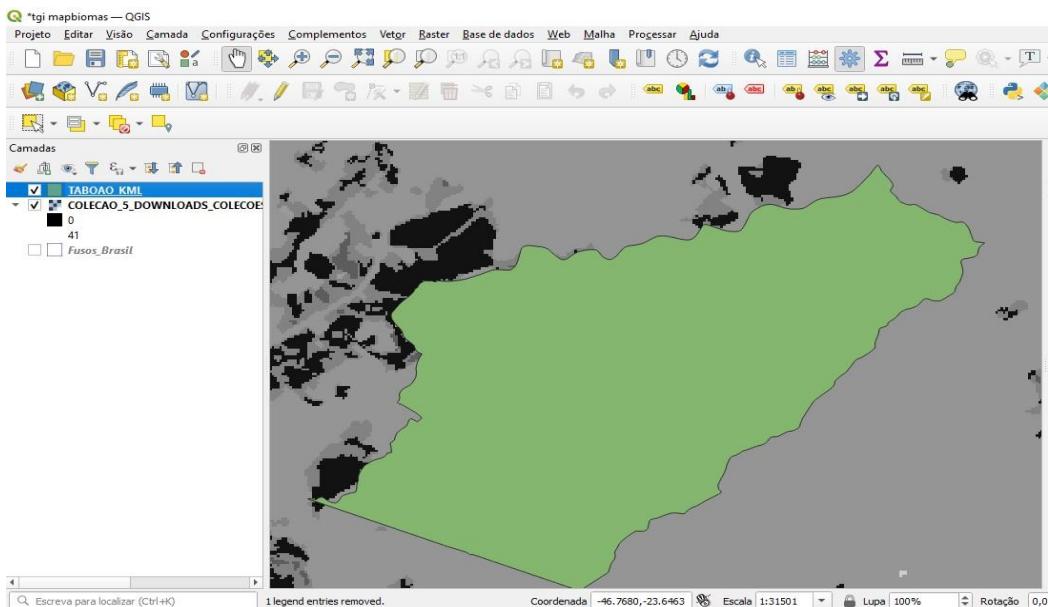


Figura 4: KML do município acima do banco de dados obtidos com o Mapbiomas.

No Menu Barra de Ferramentas do software, foi selecionada a camada Raster>Extrair>Recordar Raster pela camada de máscara. Tal função tem como objetivo retirar, do todo “Mata Atlântica”, a área do município (que é a que nos interessa na pesquisa). Após inserções referidas, chega-se ao resultado:

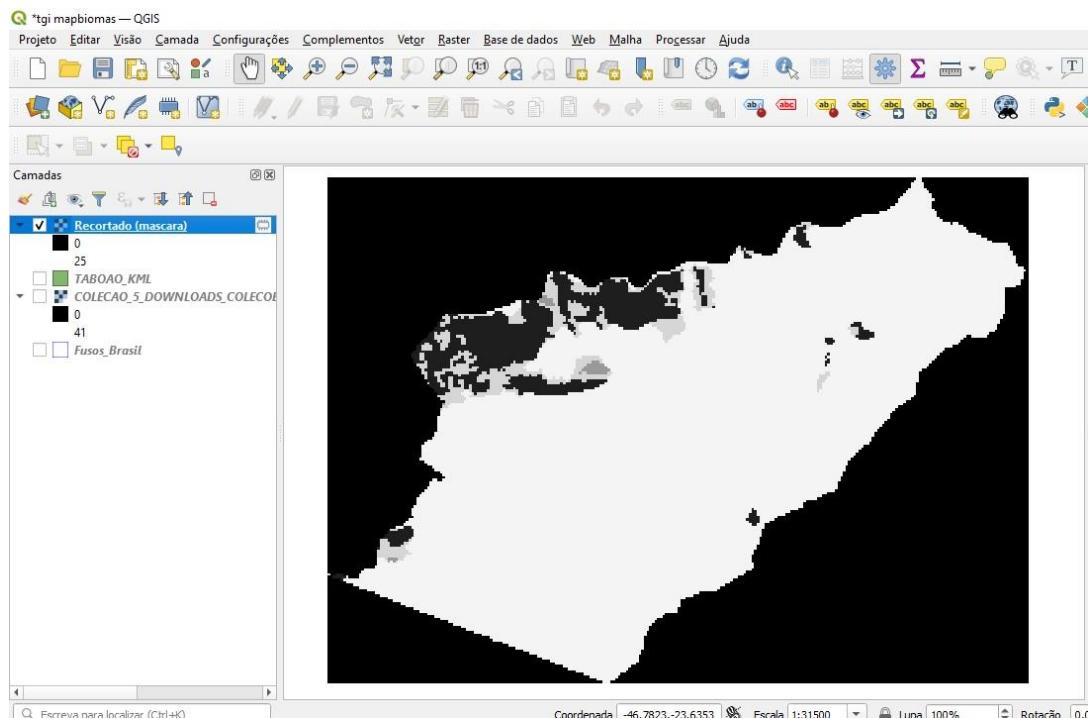


Figura 5: Camada municipal apóis aplicação na barra de ferramentas.

O seguinte passo foi, na Caixa de Ferramentas de processamento, encontrar a ferramenta Raster para vetor (poligonizar). A realização desta etapa é a vantagem que dados e imagens vetoriais é a possibilidade de ampliação ou redução indefinidamente sem perda na resolução.

Após camada vetorizada, a próxima etapa consistiu em ir no Menu Barra de Ferramentas>Vetor>Gerenciar dados>Reprojetar camada... tal função tem como objetivo colocar a camada do município com as coordenadas sistematizadas em território nacional:

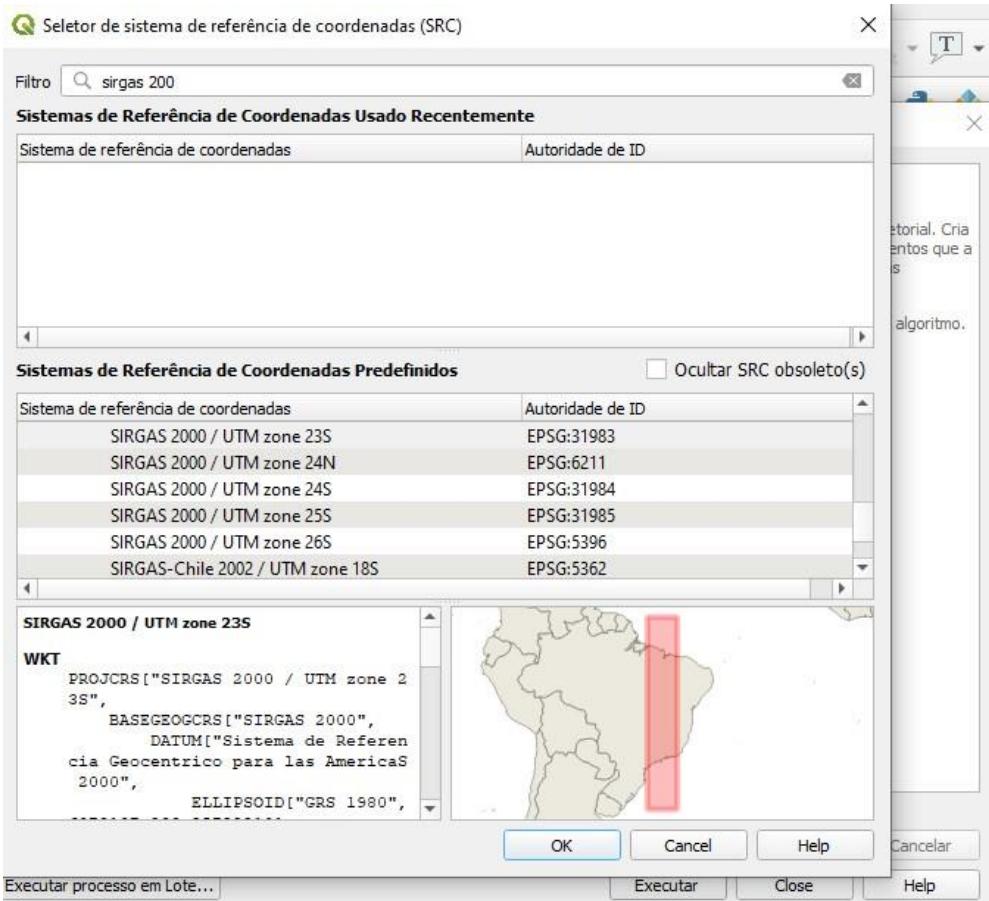


Figura 6: Escolha de Sistema de Referência de Coordenadas (SRC).

Na imagem acima mostra Sistemas de Referências de Coordenadas e a escolha do SIRGAS 2000 / UTM (Unidade Transversa de Mercator) zone 23S (referência a porção sul 23° e fuso 23 graus onde localiza-se o município de Taboão da Serra). Tal escolha deve-se ao fato de que Sirgas 2000 foi definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu levantamento no ano 2000 como o Datum Geodésico padrão para o Brasil.

Dado o segmento, a camada, enfim, está “pronta” para ser utilizada e definida a partir de seus usos. A escolha das cores no mapa que serão apresentadas no trabalho levaram em conta a classificação, disponível para download, no site do Mapbiomas conforme cada classe presente de cobertura do Uso e ocupação do Solo.

Já o método utilizado para a realização dos mapas do Google Earth Pro foi: exportar a camada KML do município para o programa, desabilitar as funções do programa, deixando apenas a camada do município ativada. Na barra lateral superior a tela no programa, há uma ferramenta de exibição de imagens históricas. Com ela, é possível escolher o ano no qual houve a datação da foto e utilizar na pesquisa. A camada KML é responsável para representação de feições geográficas em aplicativos como o Google Earth.

Também é possível, na aba superior e visualizar, adicionar caixa para legenda e escala, que são necessárias e importantes para o uso do mapa:

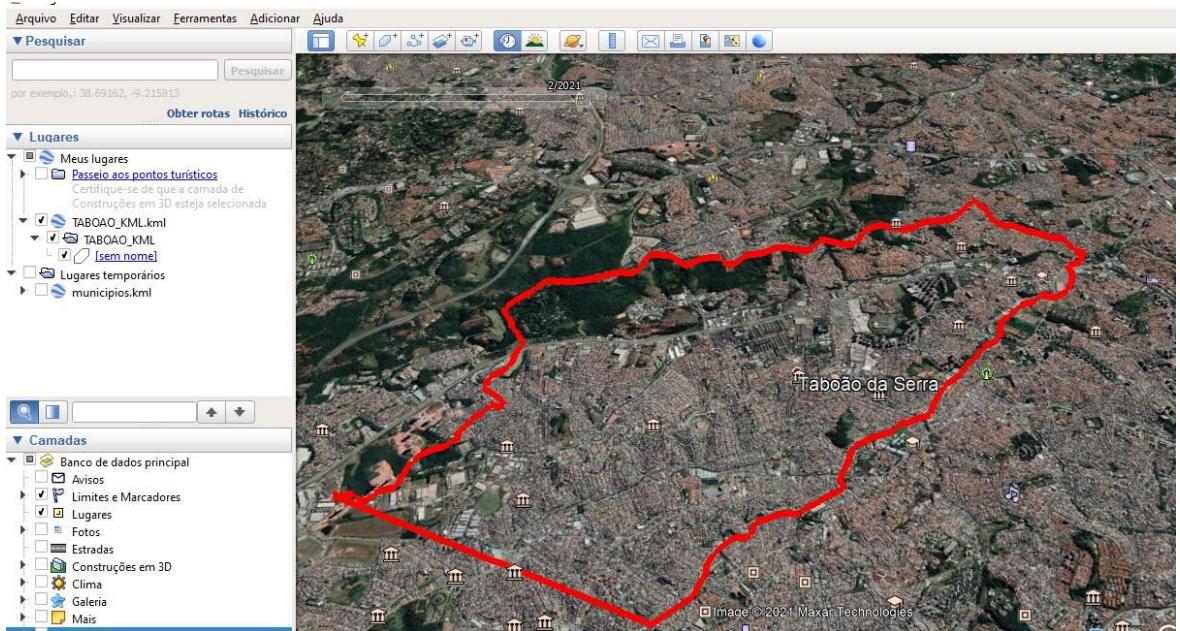


Figura 7: Exibição de layout Google Earth Pro.

Com as definições e essencialidades inseridas, em arquivo> salvar> salvar imagem é possível exportar o trabalho e escolher a melhor resolução para compreensão e inserção de pesquisa.

5 A CONSTRUÇÃO DO URBANO NA SOCIEDADE MODERNA

Ao se estudar o urbano é importante, segundo Henri Lefebvre, estudar o processo de industrialização.

A industrialização tem como ponto de partida a sociedade moderna, que se caracteriza, segundo Lefebvre ([1968] 1991a), com a junção do meio técnico produtivo - industrialização - mas também a urbanização da sociedade.

O surgimento da industrialização foi um processo. Dele destaca-se a acumulação primitiva. A acumulação primitiva está intrinsecamente ligada a história do capitalismo sendo resultante de processos intensos e predatórios que deram as condições essenciais para a consolidação do capitalismo.

Segundo Sandra Lencioni:

Fundamentalmente, o processo de acumulação primitiva está relacionado à espoliação, enquanto que o de reprodução do capital está associado à exploração. Espoliação significa privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. É esse o sentido dos mecanismos espoliativos, como aquele que nega o direito à posse. Por exemplo, sob o selo da propriedade privada capitalista se arranca da terra, os que vêm nela vem trabalhando há várias gerações. Já a exploração se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada (LENCIORI, 2012, pg. 5).

Ou seja, a acumulação primitiva tende a privar os direitos dos que possuem menos capital daqueles que detém de maior capital proveniente de processos acumulativos de séculos e décadas.

Segundo Karl Marx na história é possível de encontro articulações sociais em diversos estados e gradações de posições sociais. Podemos citar como um exemplo a Idade Média, no qual possuía entre as posições sociais vassalos, senhores feudais, oficiais, burgueses de corporação, dentre outros (MARX, ENGELS, 1988).

Dentre o processo histórico de consolidação de estados e posições sociais, uma classe que ganhou destaque e foi fundamental para apresentar a industrialização na sociedade moderna foi a burguesia.

A burguesia surge como classe social entre os séculos X e XI na Europa Ocidental sob a forma mercantilista de comerciantes, artesãos, emprestadores de dinheiro, dentre outros. Durante esse processo de enriquecimento da burguesia, o poder político vinha da nobreza e dos senhores detentores de terras, que permitiram o enriquecimento da classe burguesa. Diante esse enriquecimento da burguesia durante os séculos a mesma passou a ganhar, aos poucos, poder político ao comprar terras, títulos e cargos no Estado. E com esse poder econômico cada vez mais crescente, passou a deter tanto no espaço econômico quanto no espaço político; surgindo assim uma classe social cada vez mais consolidada e representativa na busca pelo poder político e econômico (MARX, ENGELS, 1988).

A burguesia teve papel fundamental na dissolução dos Estados absolutistas e monárquicos pois percorria ao oposto destes Estados ao defender o fim do poder concentrado em reis e monarcas. Ao defender o fim do poder absolutista defendia cada vez mais sua participação e consolidação política, assim, tornando-se esfera econômica e política.

Sendo formada a partir do processo de acumulação primitiva, a burguesia cada vez mais passou a se aproximar até o seu pertencimento no que pode-se chamar de classe dominante, e sua condição de pertencimento e existência se dá a partir do trabalho assalariado e acumulação de riqueza. O investimento em tecnologias torna-se realidade como forma de aprimoramento ao seu mercado e a sua classe.

A classe dominada passa a ser o proletário (nome dado aos trabalhadores que oferecem sua mão de obra como troca ao trabalho assalariado). Como oposição a classe dominante burguesa encontra em sua existência a maneira de resistir, segundo Karl Marx: “O proletário passa por diversos estágios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.” Resistência essa se dá devida a constante exploração da classe pela burguesia devido essa ser detentora dos meios de produção e oferecer as mínimas condições de oportunidades de trabalho para manutenção da classe proletária no sistema capitalista.

O processo histórico de industrialização teve início em meados do século XVII a partir dos investimentos de capital por parte da burguesia (originários da acumulação mercantilista e de agricultura monocultura) em pesquisas e tecnologias com o propósito de converter os investimentos industriais em lucro. Sendo causa e efeito deste processo histórico, as cidades passaram a ganhar espaço com as indústrias e as produções industriais e o campo cada vez mais se desfez de oportunidades de trabalho para os então camponeses - vendo a expansão da cidade como uma das únicas alternativas para manter-se.

Séculos se passaram e a industrialização tornou-se aspecto fundamental para explicar o conceito de urbanização intrínseco nas cidades. A urbanização é efeito da industrialização, e a forma na qual a industrialização de um espaço se deu consolida aspectos essenciais e fundamentais deste espaço.

Para efeitos do estudo, é importante buscar o processo de industrialização que se relaciona com a urbanização no Estado de São Paulo para assim, reduzir a escala do Município abordado na pesquisa - Taboão da Serra.

5.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Abordando anos antecessores a chegada industrial, a burguesia do Estado de São Paulo detinha o poder político até a década de 30 do séc. XX, em um rodízio na alternância do poder presidencial com a burguesia do Estado de Minas Gerais em uma política conhecida como “Política do Café com Leite”. Detinha esse nome pois São Paulo tinha representatividade na produção de café do país e Minas Gerais possuía a representatividade na produção de leite (FILHO, 2013).

Em 1930, o governo Getúlio Vargas dissolveu a política do café com leite, em um golpe de Estado que lhe trouxe ao poder com a ajuda de tenentes e intervenções estaduais. O Golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas derrubou o até então presidente da república,

Washington Luís, fechou Congresso, Câmaras Municipais e Assembléias Estaduais, além de cassar a Constituição de 1891 (que era a vigente da época).

Não satisfeitos com a instauração do golpe e do fim da república rotativa entre São Paulo e Minas Gerais, formou-se a Frente Única Paulista que tinha como exigência a retomada da reconstitucionalização do país. A Revolução Constitucionalista do ano de 1932 foi o marco representativo da insatisfação com o até então regime de Vargas durante o ano, quando a mesma enfraqueceu-se pela falta de armamentos (FILHO, 2013).

Dois anos após a Revolução Constitucionalista e surgindo como consequência da mesma, a questão do Regime Político constantemente surgia a tona de pontos e discussões. No ano de 1933 ocorreu eleições para a Assembleia Constituinte que vinha para discutir e aprovar a nova Constituição no ano de 1934, substituindo até então a suspensa Constituição de 1891. A Constituição de 1934 até então trouxe mudanças fundamentais para consolidar Vargas em uma escala social e popular; o voto secreto, voto feminino, Legislação trabalhista (8 horas diárias, salário mínimo, férias, previdência social, dentre outros), autonomia sindical, separação de poderes, eleições diretas dos membros do legislativo e executivo, dentre outros (FILHO, 2013).

Novamente, em jogo de poder, e com fortalecimento popular da figura de Getúlio Vargas, foi instaurado outro golpe político no então chamado: Estado Novo.

Em 1937 com a instauração do Estado Novo a figura de Vargas associada cada vez mais a um regime totalitário tornou-se efetiva, podendo citar: a censura política e de Imprensa praticada pelo mesmo.

Durante o governo de Getúlio Vargas é possível identificar uma indústria voltada a bens de produção e fortalecimento de indústrias de base a partir de empréstimos americanos. Sob o comando do estado, podemos citar: Companhia Siderúrgica Nacional, hidrelétricas no Rio São Francisco, dentre outras (FILHO, 2013).

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Brasil passou a enfrentar a intensificação de seus endividamentos externos e assim o mandato Vargas (1950-1954) passou-se a entrar em colapso. Indústrias de base enfrentavam dificuldades pela falta de investimento, a população sentia o impacto e pressão da dificuldade da falta de emprego e assim os principais polos do país (São Paulo) sentia desse reflexo de crise financeira (FILHO, 2013).

Logo após o fim da era Vargas, surge o governo presidencial de Juscelino Kubitscheck (1954-1960). Seu governo foi representado também pelo investimento do capital americano, todavia o investimento e a consolidação industrial se deu a partir da industrialização baseada em bens de consumo duráveis. Um marco representativo dessa industrialização foram as empresas automobilísticas e o “inchaço urbano” nas cidades do sudeste (FILHO, 2013).

Instaurado este processo industrial, retoma-se o processo de suburbanização como forma de atender o processo de moradia nas cidades urbanas dos operários industriais. Com a expansão rápida e não planejada das cidades, a população passa a colher prejuízos dessa desordenação. Segundo CARLOS (2009, p. 304):

Com isso quero dizer que para entender o contexto e as transformações da cidade de São Paulo, bem como seu ritmo de crescimento, é preciso entender a urbanização como consequência de um processo de industrialização “dependente” – ou seja, relativa ao lugar que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados –, fundada em altas taxas de exploração da força de trabalho (baixos salários), e “poupadora de mão de obra”; isto é, a industrialização, ao se realizar, deixou à margem do setor produtivo uma “quantidade significativa de força de trabalho” para além do contingente de “exército industrial de reserva” que só pôde sobreviver mediante o desenvolvimento de uma economia chamada de informal.

Com a citação acima é possível enfatizar, explicitando o Estado de São Paulo, de que o processo de industrialização presente que se configurou em São Paulo só foi possível a partir da exploração da mão de obra imposta por força de trabalho, baixos salários e pouca qualificação. Os então trabalhadores tanto das indústrias de bens de produção a indústrias de bens de consumo ficavam a deriva destas condições de trabalho.

A partir da década de 70 e 80 do século XX, e como reflexo da urbanização mundial, as indústrias passaram a caracterizar-se a partir de outras configurações. Indústrias de bens de produção e bens de consumo passaram a rearranjar suas plantas de fábrica-produção para o interior do Estado (seja por custo financeiro, localização de matérias primas para o funcionamento das indústrias, dentre outros). Enquanto isso, o comando industrial passou a se voltar cada vez mais para as regiões centrais do estado (demandando mão de obra cada vez mais qualificada e tornando os trabalhadores empregados com baixos salários suscetíveis a economia de trabalho informal).

É importante destacar também que com a retirada do setor industrial na forma de fábricas deu-se espaço a crescente presença de pólos financeiros e industriais no estado a partir de prédios comerciais e empresariais, refletindo, assim, a financeirização do capital. Além disso, quem detém o poder financeiro detém também de residir nas regiões centrais do município de São Paulo, detendo assim do acesso a cidade e de suas mobilidades.

Com o inchaço urbano nas últimas décadas no município de São Paulo, os mesmos apresentam especificidades que se distinguem entre si e se caracterizam por seus processos de industrialização e urbanização. É o que abordaremos a seguir no caso de Taboão da Serra, sub-região sudoeste situado na Grande São Paulo.

5.2 TABOÃO DA SERRA: HISTÓRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO

O Município de Taboão da Serra localiza-se na região sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O nome do município é originado da palavra *taboa* – planta que cresce em áreas de muita água: essa planta era recorrente no município e era facilmente encontrada entre os córregos Poá e Pirajuçara.

Taboão encontra-se interligado com a zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo, no qual faz divisa. Além disso, realiza divisa com as regiões de Embu das Artes, Cotia e Osasco.



Mapa 2 : Localização do Município de Taboão da Serra. Luciana D. Nascimento e Ivan Carlos Bonadio. Fonte: PMTS, 2008.

Teve sua autonomia como município sob a Lei Estadual 8091/59, a partir da emancipação que deteve sob o município de Itapecerica da Serra, no ano de 1959.

Sua história vem de ser ocupado por colônias nipônicas e italianas, e a área hoje delimitada de Taboão da Serra antes funcionava como eixo de comércio e produção de hortaliças, frutas e aves. O município também recebia fábricas de produção de olaria (local onde se produz peças de cerâmicas) que eram destinadas a construções de bairros nobres na RMSP (NASCIMENTO, 2008).

A data de 1920 surgiram diversos núcleos de povoamento ao longo do principal eixo de circulação conhecido na época como Estrada M' Boy. Esta Estrada possuía o mesmo traçado da atual Avenida Francisco Morato e foi vetor fundamental de ocupação e expansão urbana (PMTS (a), 2004).

A primeira indústria do município foi introduzida no ano de 1938. Com a consolidação da única e principal rodovia do município, Regis Bittencourt, no fim dos anos 60 e com a duplicação da pista e seu acesso direto a Curitiba, diversas indústrias passaram a consolidar-se em Taboão da Serra na segunda metade da década de 70. Com o propósito de atrair investimentos e novas indústrias, a gestão do prefeito da época Nicola Vivilechio concedeu a isenção fiscal de impostos para as indústrias que se estabelecessem no município (NASCIMENTO, 2008).

Taboão seguiu, durante muitas décadas expandido no que tange o segmento industrial. Muito desse investimento (tanto pela parte das indústrias como dos governos e prefeituras) se deve ao fato da posição estratégica para escoamento das produções – seja pela Rodovia Estadual Raposo Tavares, Regis Bittencourt (BR-116) e a Rodovia Mario Covas. As indústrias em Taboão eram distintas – desde de produção de peças automobilísticas, quanto alimentícia, de serviços, dentre outras (NASCIMENTO, 2008).

Como reflexo desta industrialização, Taboão da Serra atraiu migrantes para a cidade e alterou não só a mesma como polo industrial, mas também o urbano da cidade.

5.3 TABOÃO DA SERRA E O URBANO

Segundo James Amorim Araújo:

O urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática (ARAÚJO, J, 2012, pg. 134).

Na passagem de texto dita por Araújo, é importante a discussão e definição acerca do urbano. Sendo um processo analisado e acometido em escala mundial, ele surge como reflexo da explosão de crescimento da cidade. Ou seja, as consequências do urbano são consequências na cidade a partir deste processo.

Por localização privilegiada de escoamento na Região Metropolitana de São Paulo, Taboão abrigava diversas indústrias e se consolidou como pólo industrial entre as décadas de 60 e 70. Sob o olhar de polo industrial, o município atraiu o olhar de diversos migrantes, principalmente da região nordeste, que vinham para Taboão da Serra em busca de oportunidades de trabalho e

que eram empregados nas indústrias locais. Com isso, houve o aumento populacional, e também a diversificação econômica – por ser agora lugar de habitações em massa, surgem centros comerciais e de serviços a fim de atender as demandas desta população (NASCIMENTO, 2008).

Como resultante a esse aumento populacional, apareceram os primeiros agrupamentos de baixa renda por volta da década de 60. O primeiro agrupamento de baixa renda do município data-se da Trianon (bairro de Taboão da Serra). Além disso, na mesma década, surgiu a primeira linha de transporte público, facilitando o acesso a cidade e assim, trazendo mais pessoas a ocuparem e habitarem o município (PMTS (a), 2004).

Analizando sob um contexto de crescimento histórico, a malha do município, desde sua emancipação em 1959, deteve de dados astronômicos no que tange o crescimento. Apresentando esses dados a partir da década de 1960, o município passou de 7.173 habitantes para 41.124 habitantes em 1969, taxa essa de 19,08% de crescimento anual: superando os índices da RMSP (5,24%) no mesmo período (PMTS, 2010).

Com esse crescimento acima das expectativas do que se refere ao entorno do município, e também ao próprio município (com área de 20.478 km²), a estruturação de Taboão não pode ser acompanhada no que tange a construção habitacional planejada (devido a falta de acompanhamento e incentivo estatal, federal e municipal) e em atendimento de equipamentos sociais a fim de se atender todos (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Esportes ou Equipamentos Esportivos e de Lazer, dentre outros).

Em uma breve análise da população, o crescimento apresenta os seguintes dados em habitantes: 1960 que era de 7.173; 1970 que era de 41.124; 1980 que era de 96.908; 1991 que era de 160.084; 2000 que era de 197.644; 2010 que era de 244.528 e por último, a população estimada para o ano de 2020 no município é de 293.652 habitantes (IBGE, 2021).

É interessante notar o frequente aumento da população do município, mesmo sendo nítido notar a densidade demográfica do mesmo. Pegando os dados do último censo do IBGE (2010) a densidade demográfica de Taboão era de 11.994,31 hab/km², e no datar dos anos entre 2015-2020, o município foi colocado por cinco (5) vezes consecutivas como o município de maior densidade demográfica do país.

Densidade demográfica é a distribuição espacial dos habitantes por quilômetro quadrado (IBGE). Ou seja, Taboão da Serra tem aproximadamente 12 mil habitantes por quilômetro quadrado. E isso não impede do município continuar crescendo, visto que entre 10 anos (2010-2020) houve aumento estimado de novos 49.124 habitantes no município.

Como reflexo do processo de urbanização da capital paulista, o município também passou por um processo de ocupação. Todas as áreas passaram a ser, gradativamente, ocupadas, assim, se tornando uma opção de moradia para as populações de baixa renda (PMTS (a), 2004).

Além de toda essa transformação no que se refere a habitação e transformação urbana, é importante compreender e entender como o município se moldou e transformou durante os anos.

A atuação pública municipal do setor habitacional, mostra que antes de 2005 a prefeitura praticava a doação de lotes urbanizados, com parcelamentos em terrenos públicos, com caráter primordialmente assistencialista. Não detinha, segundo essa prática de doação, uma política habitacional mais englobativa, diversa e com a finalidade de analisar o déficit habitacional. Dessa forma, a falta de atuação assistencial promove ocupações irregulares, tanto nas áreas doadas quanto nas áreas ao entorno (BENICIO, 2015).

Segundo NASCIMENTO (2009): “As precárias condições de moradia desencadeiam um aumento na demanda por equipamentos públicos, principalmente os equipamentos de saúde e evidenciam/diminuem a qualidade de vida da população”.

A partir dessa transformação do urbano no município, diversos desafios tornaram-se presentes, citando: atendimento a todas as populações com acesso a saúde, transporte, saneamento básico e moradias com condições estruturais adequadas a habitação.

Sendo assim, uma grande parte do município foi e é excluída do mercado formal de habitação capitalista. Buscando assim acesso à moradia por meio de precários e autônomos recursos. Mesmo sendo desconhecido os dados por levantamento rigorosos, pode-se dizer que grande parte da população urbana constrói suas casas sem conhecimento técnico, sem financiamento formal e sem segmento à legislação fundiária, urbanística e edílica (MARICATO, 2015).

As áreas até então “improvisadas” destinadas à moradia apresentam-se como ambientalmente frágeis – beiras de córregos, reservatórios e rios, encostas íngremes – que, desta forma, merecem legislações específicas e não são atrativas aos olhos do “mercado legal”, são as que “sobram” para a habitação de grande parte dessa população. As consequências dessas invasões são muitas: desde poluição hídrica, banalização de mortes por desmoronamentos, dentre outros (MARICATO, 2015).

Para a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS) dados obtidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2008) indicam a existência de favelas em 5% do território do município, repartidas em mais de 50 áreas. Mesmo com estatísticas da Prefeitura e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), não se tem dados concretos de quantas famílias vivem nestas áreas.

A fim de estruturar novas políticas habitacionais e urbano-ambientais, a Prefeitura do município de Taboão da Serra passou a estudar formas e processos de alcançar projetos e financiamentos junto com as diversas esferas governamentais. A busca desse projeto, se estruturou no processo de reorganização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, sob a forma de criação do Sistema Nacional de Habitação e repasse de investimento do governo federal no que se refere a estrutura de habitação. Foram criados programas como o PAT – PROSENEAR (Plano de Acessoria Técnica ao PROSANEAR) que foi concretizado pelos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também com o Programa Minha Casa Minha Vida, que ampliaram a aplicação de investimentos não honerosos para a urbanização de assentamentos precários. O PROSENEAR é o Programa de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para as Populações de Baixa Renda em Áreas Urbanas (PLANO DE HABITAÇÃO, 2010).

A partir de 2005, a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação (SEMUDUH) adotaram de nova postura para enfrentar e lidar com as questões habitacionais. Dentre as pautas, encontra-se a priorização da Regularização Fundiária das áreas públicas e de lotes não regularizados do município (PLANO DE HABITAÇÃO, 2010).

Entrando em um importante aspecto de discussão habitacional do município no que se refere ao Planejamento, uma importante política pública abordada é o Plano Diretor Participativo (2006-2007). Antes de olhar sob o aspecto municipal, é importante entender o que é esta política, como ela é aplicada e qual é o papel da mesma sob a discussão do urbano, da cidade e da população no que se refere a atendimento a políticas públicas.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Em uma de suas definições, políticas públicas são respostas de atores políticos às demandas da sociedade (GOULART, 2016). Já a partir de outra visão, é a junção de atividades governamentais, que agem de uma forma direta por delegações, e que tem uma forte influência na vida dos cidadãos (PETERS, B. 1986).

As políticas públicas são propostas a partir de uma relação entre governo e sociedade. O governo eleito e em exercício, para atingir interesses políticos e sociais, inserem aplicações a políticas públicas que possam representá-los na sociedade.

As mudanças do modelo de estado e da democratização abrangem dimensões que não se limitam as mudanças de regime político. Ou seja, se no caso houver importantes conquistas e colocações em regimes políticos em um período, há um processo por trás do mesmo que não pode ser mudado apenas por interesse ou esporadicidade. E é nisso que entram as políticas públicas, que são conjuntos correlacionados com a sociedade e que passam por grandes etapas de votação social e representativa antes de serem conquistadas e consolidadas.

Um grande marco representativo das políticas públicas governamentais, sociais e econômicas foi a Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 foi conquistada após o período Ditatorial Militar Brasileiro (1964-1985), e surgiu como forma de assegurar os direitos e deveres do Estado e dos cidadãos. Firmando, assim, o compromisso da legislação com a população. Ela é conhecida como “Constituição Cidadã” por defender os valores democráticos e vigora a estruturação jurídica até os dias atuais. É a sétima Constituição do Brasil e a segunda do país como uma República.

Segundo VERÍSSIMO (2008, p. 408):

Além disso, a democracia prometida institucionalmente pela Constituição de 1988 não diz respeito apenas ao regime de governo, aos direitos de participação política, mas também a direitos de inclusão social: é, portanto, uma democracia social marcada pela garantia de direitos sociais próprios a um Estado que se quis fundar como welfarista, e que tem objetivos declarados de transformação social, redução de desigualdades de renda e de oportunidades, e também de desigualdades regionais.

É interessante verificar neste trecho de Veríssimo o marco da Constituição de 1988 por assegurar direitos de inclusão social e de direitos da população na sociedade brasileira. A partir disso, a Constituição trouxe discussões em suas emendas nas quais o Estado tem obrigação de estudar, estabelecer e exercer.

No calendário de Planejamento Urbano brasileiro, a primeira inovação foi a Constituição de 1988, em arranjo federal (GOULART, 2013), que aderiu o município como elemento federado autônomo e soberano, determinado pela gestão das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano (GOULART, 2016).

O segundo segmento correspondente ao desenvolvimento urbano de políticas públicas refere-se ao marco regulatório da política urbana, resumidos pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e regulamentação pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº

10.257/2001), cujo objetivo segue-se em abordar exigências decisivas na dinâmica urbana à função social da propriedade. Tanto nos artigos quanto no Estatuto da Cidade, o foco segue-se em garantir a cidade para a sociedade (GOULART, 2016).

Com o exemplo, o artigo 182: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”

Já no parágrafo único do Estatuto da Cidade: “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.”

Nos dois parágrafos, é enfatizado o direito da propriedade como bem coletivo e essencial para a manutenção social. Além disso, a importância de aplicação e formulação de políticas para a conquista com a relação equilibrada política, social e ambiental.

Dando ênfase na política pública de Planejamento Urbano, uma das principais e importantes políticas públicas implementadas na Constituição de 1988 e presente atualmente foi o Plano Diretor para municípios com população que ultrapassem 20 mil habitantes. Conforme os artigos 39º e 40º do Estatuto da Cidade, o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

Visto isso, é importante analisar minuciosamente sobre as funções, importância legal e social do Plano Diretor em um aspecto mais detalhista de abordagem urbana, habitacional e populacional.

6.1 PLANO DIRETOR: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Retomando pontos supracitados, o Plano Diretor foi implementado na Constituição Federal de 1988 recuperando pontos estratégicos e essenciais do Planejamento Urbano municipal. O Planejamento Urbano, refere-se a uma categoria que se manifesta nos planos diretores ou/e nos planos físico-territoriais; categoria esta que busca organizar, planejar e acompanhar o desenvolvimento urbano e espacial.

Sob o ponto de vista legal, o Plano Diretor segundo VILLAÇA (1999, P.238):

Um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto

de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

O Plano Diretor estimula o diálogo entre as configurações físicas/territoriais com os objetivos sociais, ambientais e econômicos que se busca para a cidade. O mesmo deve objetivar difundir as ameaças e os benefícios da urbanização que fuja do planejamento, estimulando um segmento mais sustentável e de inclusão.

A importância legal do Plano Diretor vai de encontro se olharmos três importantes fatores:

- Legalidade: instrumento estabelecido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade;
- Abrangência: o Plano Diretor deve abranger o território municipal em sua totalidade. Sendo assim, não está restringido a bairros ou partes específicas da cidade.
- Obrigatoriedade: sua realização obrigatoria para municípios de mais de 20 mil habitantes, sendo afirmativo que para quase 1/3 (um terço) (31,6%) dos municípios brasileiros o Plano Diretor não é uma questão opcional, e sim uma obrigação. Sendo assim, pelo menos 84,2% da população do país vivem em municípios que (em tese) deveriam ter o desenvolvimento social, ambiental e econômico por um Plano Diretor (CALEGARI, 2017).

Instrumentando o Plano Diretor, encontra-se a Lei de Zoneamento. A mesma divide a cidade em zonas (categorias de espaços), e para cada uma delas define qual será a intensidade ocupacional (o tipo de uso, se será residencial ou comercial, dimensão espacial dos edifícios e/ou residências, dentre outros) – que interfere diretamente aos pontos do que pode ser ou não construído, dando ênfase, assim, no tipo de uso e ocupação do solo na cidade/município.

É importante ao falar de Plano Diretor, também explicar e explicitar a Lei de Zoneamento: pois a mesma faz o detalhamento das diretrizes colocadas no Plano Diretor. O Plano Diretor é, assim, mais geral e inclui a Lei de Zoneamento e outros aspectos referentes a gestão, estudo e programação do desenvolvimento do município: podendo ser ações, programas, estratégias, dentre outros para atuação política da administração pública. Enquanto a Lei de Zoneamento dirige-se a construção e ocupação espacial (FONSECA, 2013).

Devido o Plano Diretor dar um direcionamento político/espacial/ambiental do município e ser obrigatório em municípios que contém mais de 20.000 habitantes, pode ser utilizado de parâmetro de ações e implementações ao longo do tempo.

Com o estudo voltado ao município de Taboão da Serra e a importância do Plano Diretor a fim de compreender aspectos da urbanização e de Planejamento Urbano municipal, o enfoque a seguir busca evidenciar o Plano Diretor Municipal e seus aspectos urbanos e espaciais a partir de sua criação (2005/2006) e suas perspectivas para o projeto de aplicação posterior ao datar do Plano.

6.2 PLANO DIRETOR DE TABOÃO DA SERRA

Em esfera municipal, o principal instrumento legal de alcance da política habitacional é o Plano Diretor.

Em Taboão da Serra, o Plano Diretor foi instituído sob a Lei Complementar de número 132, de 26 de dezembro de 2006.

Apesar de Taboão da Serra ser um município altamente povoado, seu plano diretor começou a ser elaborado apenas em 2004/2005 pela Secretaria Municipal de Habitação, assessorada pela FAU/USP. O plano foi elaborado com urgência, visando atender a uma lei federal que determinava a urgente formalização de leis determinantes dos parâmetros de uso do solo, presente no Estatuto das Cidades. Estava previsto a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor pelos municípios com mais de 20.000 habitantes. A não realização desse plano acarretaria um possível prejuízo financeiro para o município, que poderia ficar proibido de receber recursos do Governo Federal (PMTS, 2010).

Para entender o Plano Diretor do município e suas aplicações habitacionais, é importante verificar e analisar algumas de suas propostas e artigos.

O artigo 104 da Lei do Plano Diretor dá a definição de ZEIS (PDTs, 2006):

As zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são instrumentos de política habitacional, fazendo parte da estratégia de equacionamento do problema habitacional do município, no que se refere à recuperação urbanística, regularização de assentamentos precários e produção de habitação de interesse social, destinados à população de baixa renda.

O artigo supracitado mostra implementação de um instrumento que visa melhorar as questões referentes a moradias habitacionais da população de baixa renda, buscando regulamentação das mesmas e buscando a recuperação urbanística a partir dessa regularização.

O artigo 105 da Lei do Plano Diretor define os parâmetros para a delimitação das ZEIS (PDTs, 2006):

As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS serão demarcadas na disciplina de uso e ocupação do solo como uma das zonas em que se divide a cidade para efeito do estabelecimento dos parâmetros de uso e ocupação a partir da existência de: I. favelas; II. habitações coletivas precárias; III. parcelamento e loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda; IV. conjunto habitacional de promoção pública; V. conjunto de unidades habitacionais precárias; VI: imóveis não edificados ou subutilizados com potencial de ocupação por Habitação de Interesse Social.

O artigo 106 define a classificação das ZEIS (PDTs, 2006):

I ZEIS 1 – Áreas públicas ou privadas definidas nos incisos I A V do artigo 105, ocupadas predominantemente por população de baixa renda, de interesse público na promoção de regularização urbanística e fundiária; II ZEIS 2-áreas com predominância de imóveis definidos no inciso VI no artigo anterior (art. 105) e conforme estabelecido no artigo 121 desta Lei, adequados à urbanização, de interesse público na promoção de Habitação de Interesse Social (HIS), para famílias de baixa renda que não possuam moradia.

O artigo 107 refere-se a destinação das ZEIS (PDTs, 2006):

I – recuperação urbanística; II – regularização urbanística e fundiária; III – produção de habitação de interesse social; IV – recuperação de imóveis degradados ou em condições precárias de habitabilidade; V – desandensamento de assentamentos precários e de coabitacões; VI- provisão de espaços públicos e equipamentos sociais, comércio e serviços de caráter local, complementares à moradia; VII – provisão de espaços de capacitação profissional e de atividades de geração de emprego e renda.

Ao colocar os artigos sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), busca-se mostrar o percurso tomado pela prefeitura do município e do Plano Diretor ao se referir e se legislar a questão habitacional urbana de Taboão. Isto se mostra a partir de definições, destinações,

aplicações e deveres estabelecidos da prefeitura para com a população – nos artigos citados acima, especialmente, as populações de baixa renda.

Ainda que o Plano Diretor institua os principais instrumentos legais referentes ao setor de habitação do município, é importante enfatizar que a Lei Orgânica do município de Taboão da Serra estabelece diretrizes e define ações para habitação relativas à regularização fundiária, diminuição do déficit habitacional, zoneamento, acessibilidade e cumprimento da função social da propriedade. A Lei Orgânica é um conjunto de diretrizes que determinam a vida política no município, e sendo imprescindível no que se refere a pressionar o poder público a seguir obrigações de interesse local em favor da população (PDTs, 2006).

A Lei Orgânica de Taboão da Serra dispõe:

Art 199. As terras públicas municipais não utilizadas, sub-utilizadas e as discriminadas serão prioritariamente destinadas à instalação de equipamentos coletivos e assentamentos da população de baixa renda. I – É obrigação do Município manter atualizados os respectivos cadastros imobiliários de terras públicas abertos a à consulta do cidadão [...].

Referente a tal artigo citado e sua aplicação, será discutido as percepções e experiências empíricas do mesmo durante a metologia do trabalho.

Uma importante ferramenta auxiliadora de estudos urbanos e espaciais é o sensoriamento remoto. Com ele, é possível analisar e verificar aplicações teóricas na prática. A partir disso, o próximo capítulo trará um pouco mais do sensoriamento remoto e suas aplicações.

7 SENSORIAMENTO REMOTO: BREVE HISTÓRIA

Segundo o IBGE, sensoriamento remoto é um conjunto de métodos de obtenção de dados sobre um item, área ou fenômeno que se localiza na terra, sem que tenha contato físico com o mesmo.

A obtenção dessas informações podem acontecer através de radiação eletromagnética, gerada por fontes naturais (sensor passivo), como o Sol, por fontes artificiais (sensor ativo), como o radar. São representadas na forma de imagens, sendo mais utilizadas, nos dias atuais, aquelas obtidas por sensores ópticos orbitais que se localizam em satélites.

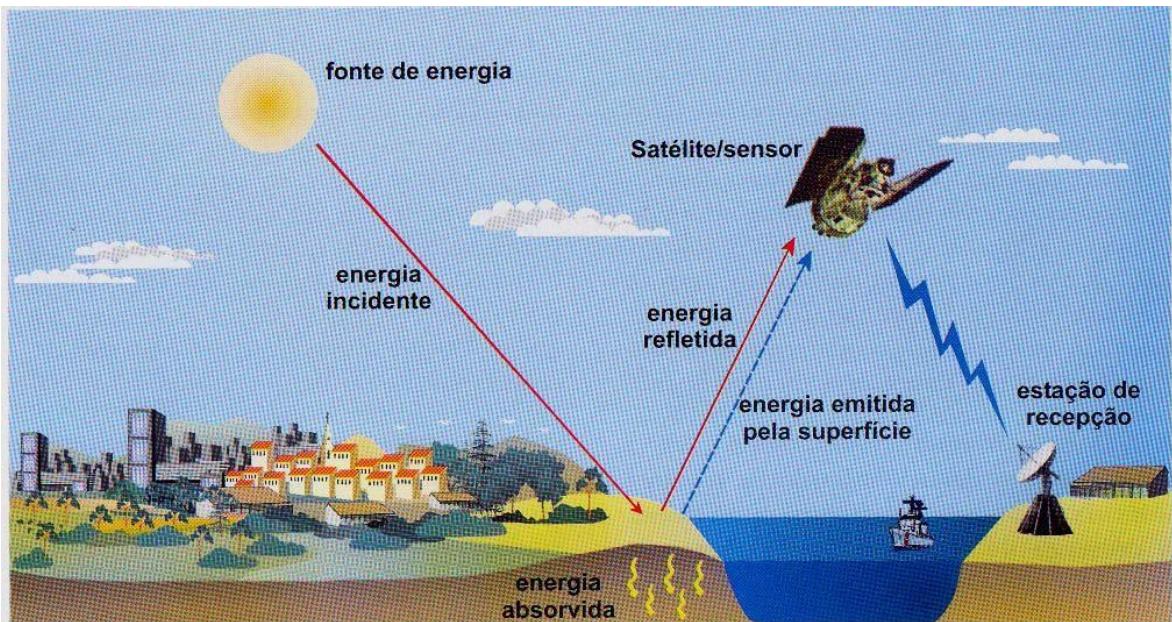


Figura 8: Obtenção de imagens por sensoriamento remoto a nível orbital. (Fonte: FLORENZANO, 2002, pág 09.)

O desdobramento originário do sensoriamento remoto está cientificamente associado ao desenvolvimento da fotografia e à pesquisa do espaço. As fotografias aéreas foram os primeiros itens de sensoriamento remoto a ser utilizado (NOVO e PONZONI. 2001). A primeira fotografia que se tem registro foi obtida por Niepce e Daguerre em 1939 e em 1940 a sua utilização foi aconselhada para levantamentos topográficos. Com avançado desenvolvimento, em 1850 o Corpo de Engenharia da França utilizava fotografias tiradas a partir de balões que realizavam mapeamentos topográficos de áreas do território francês.

Com o surgimento do avião, em sequência ao desdobramento das câmeras fotográficas levantou uma enorme disposição das fotografias como ferramentas para utilização de captação de recursos naturais. As primeiras fotografias aéreas foram feitas em 1909 pelos irmãos Wright sob o território da Itália. Além disso, os conflitos militares do século XX abriram novos horizontes de estudo com espectros de luz além do visível (NOVO e PONZONI. 2001).

As fotografias aéreas coloridas apresentaram-se disponíveis a partir de 1930. Neste período, detinha-se de estudos acerca da elaboração de filmes sensíveis a radiação infravermelha.

Em 1956 surgiram as pioneiras aplicações sistemáticas de fotografias aéreas como parâmetro informacional para o mapeamento de formações de vegetações nos Estados Unidos.

No Brasil é datado de 1958 as iniciais fotografias aéreas na escala de 1:25.000, adquiridas com a finalidade de analisar as características da Bacia Terciária do Vale do Rio Paraíba. Esse levantamento desencadeou, posteriormente, a retificação (alinhamento) de seu médio curso

entre Jacareí e Cachoeira Paulista, e com a construção dos reservatórios hidrelétricos de Paraibuna (NOVO e PONZONI, 2001).

O termo Sensoriamento Remoto teve sua primeira aparição na literatura científica em 1960 e detinha como significado o alcance de informações sem contato físico com os objetos. Desde então o termo define tecnologias e conceitos diversos e complexos que perpassam da física até a botânica, da engenharia até o estudo cartográfico.

O Sensoriamento Remoto é uma ferramenta interdisciplinar que engloba novos avanços e tecnologias em diversas áreas do conhecimento, e seu uso encontra-se cada vez mais difuso no que tange ao conhecimento técnico científico, político, social e urbano. Desde GPS, análises e estudos ambientais por imagens de satélites, análise de percurso de animais em seus habitats, visualização de desmatamento, queimadas, dentre outros: todos contém e desenvolvem o Sensoriamento Remoto.

7.1 APLICAÇÕES DO SENSORIAMENTO REMOTO

As áreas de estudo do Sensoriamento Remoto são diversas, podendo ir de análises ambientais, climáticas, estudos urbanos, dentre outros.

Projetos governamentais brasileiros buscam, desde o século passado, realizar diversos tipos de mapeamentos.

Um dos principais programas de mapeamento brasileiro é o projeto Radambrasil. Criado em 1970, foi um esforço para a pesquisa de recursos naturais e que foi organizado pelo Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. O projeto Radam – Radar na Amazônia priorizou a obtenção de dados sobre solo, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas próximas da região Nordeste. Em 1975, foi denominado como projeto RADAMBRASIL.

Projetos atuais governamentais contam com o envolvimento do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e seu monitoramento de diversas vertentes de estudo (desmatamento, queimadas, análises urbanas, dentre outros).

Outro importante projeto governamental que abrange o Sensoriamento Remoto é o PRODES. O projeto realiza o monitoramento por satélite e produz, desde 1988, índices de desmatamento anual na Amazônia Legal (AL) que são utilizados como estabelecimento governamental de políticas públicas (Observação da Terra, INPE, 2021).

Além disso, há programas como o DETER – INPE que realiza um levantamento ágil que traz evidências de alteração da cobertura da Floresta Amazônica. O DETER surgiu como um

sistema de suporte à fiscalização da degradação e desmatamento florestal pelo IBAMA e outros órgãos que cuidam e se estabelecem nestes temas (Observação da Terra, INPE, 2021).

Ademais, existem outros programas que estudam o monitoramento urbano. O Mapbiomas é um deles.

O Mapbiomas é um projeto do SEE/OC (Sistema de Estimativas de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima) que tem o propósito de mapear a cobertura e uso do solo anualmente em território brasileiro. Com isso, cobrem dados urbanos, rurais, dados de áreas de preservação ambiental, dentre outros.

Para mais, existem obras que se referem ao estudo do urbano sob análise espacial na própria pesquisa: Nascimento (2015) estudou em seu mestrado o uso de geoprocessamento para a regularização fundiária no município de Taboão da Serra; Araújo (2010) que analisou as influências da urbanização concentrada do município de Taboão da Serra nas condições ambientais e de relevo.

Como uma das principais ferramentas de aplicação do Sensoriamento Remoto para realização de mapeamento e estudos diversos são as imagens de satélite.

Imagen de satélite é uma imagem que engloba uma totalidade ou parte da Terra. Elas concedem uma visão sinóptica (de classes) e multitemporal (em diferentes períodos) de amplas áreas que cobrem a superfície (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020).

As imagens de satélite tem formato digital e seu entendimento e interpretação advém de recursos computacionais. É formada por pequenas camadas conhecidas como pixeis.

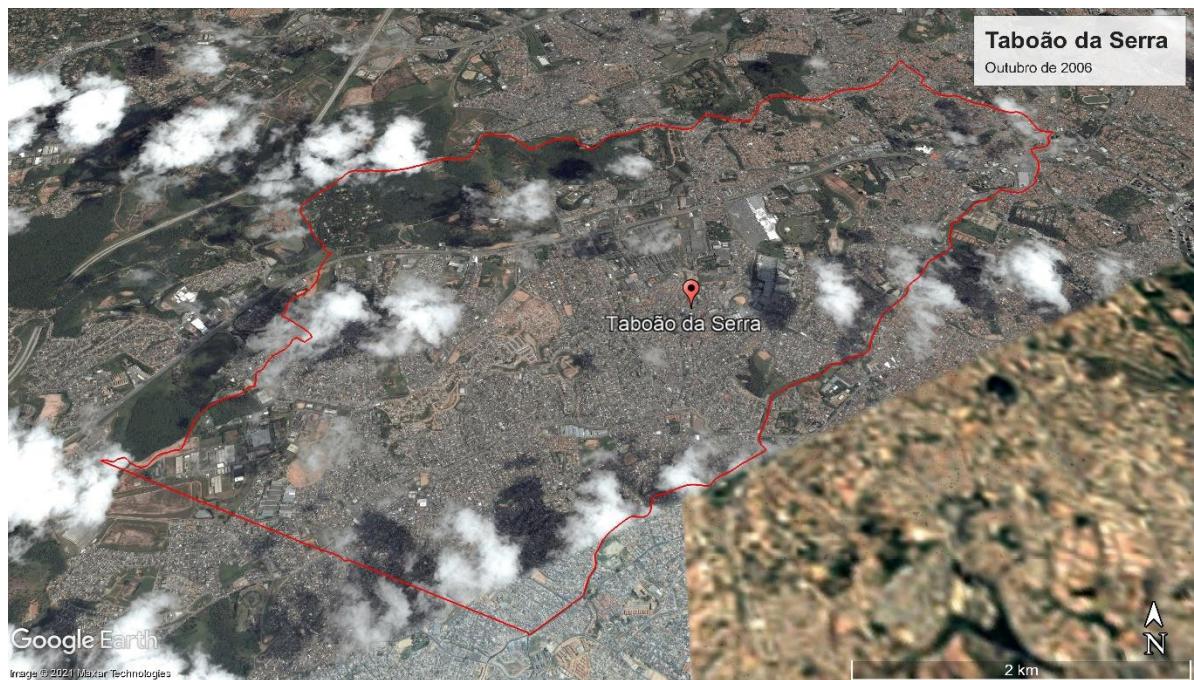
O pixel é, em sua definição geral, a menor unidade de composição de uma imagem. O seu conjunto é que forma uma imagem completa. A sua dimensão é o que define a resolução da imagem.

É importante ressaltar que, quanto menor seu tamanho (pixel), maior a resolução espacial da imagem e sua capacidade de diferenciação e definição de alvos pequenos (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020).

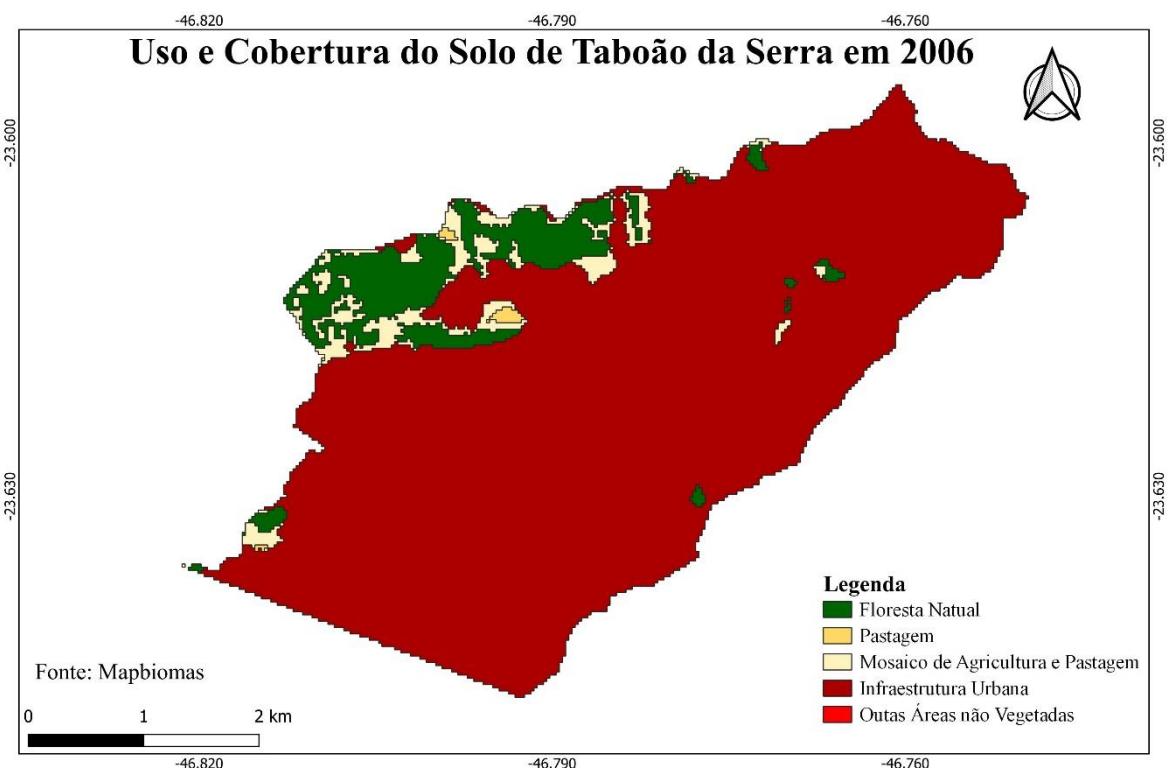
Para esse entendimento e busca da melhor imagem a fim de atender objetivos de análise e pesquisa, é importante verificar o comportamento dos pixels perante seu alvo de análise.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos procedimentos metodológicos de confecção de dados espaciais do município de Taboão, chegou-se aos seguintes mapas:



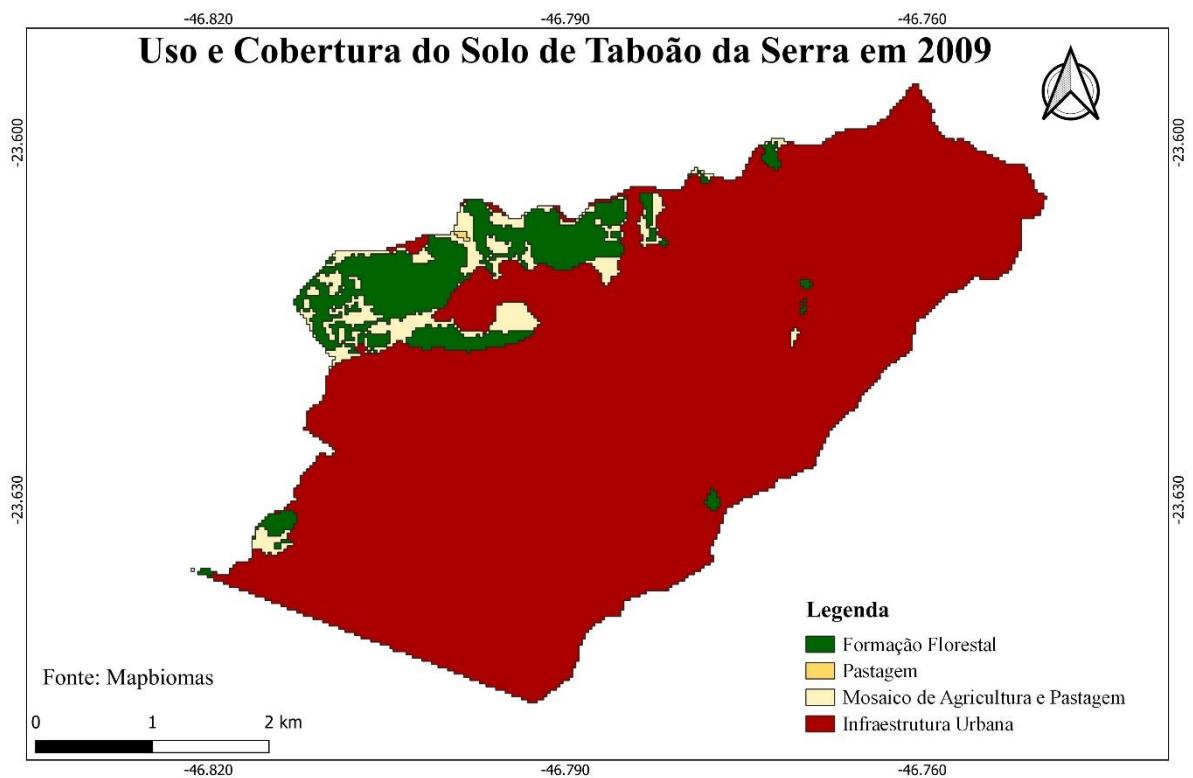
Mapa 3: Google Earth do município no ano de 2006. Fonte: Google Earth Pro.



Mapa 4: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2006. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.



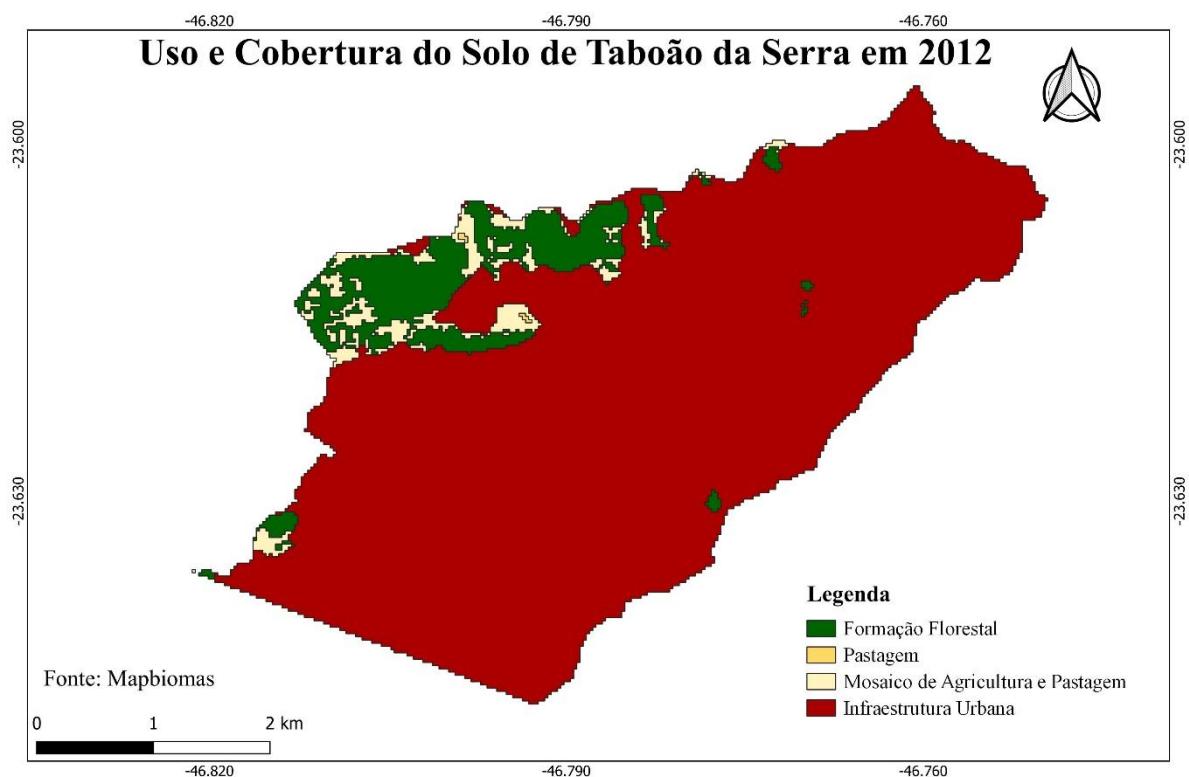
Mapa 5: Google Earth do município no ano de 2009. Fonte: Google Earth Pro.



Mapa 6: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2009. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.



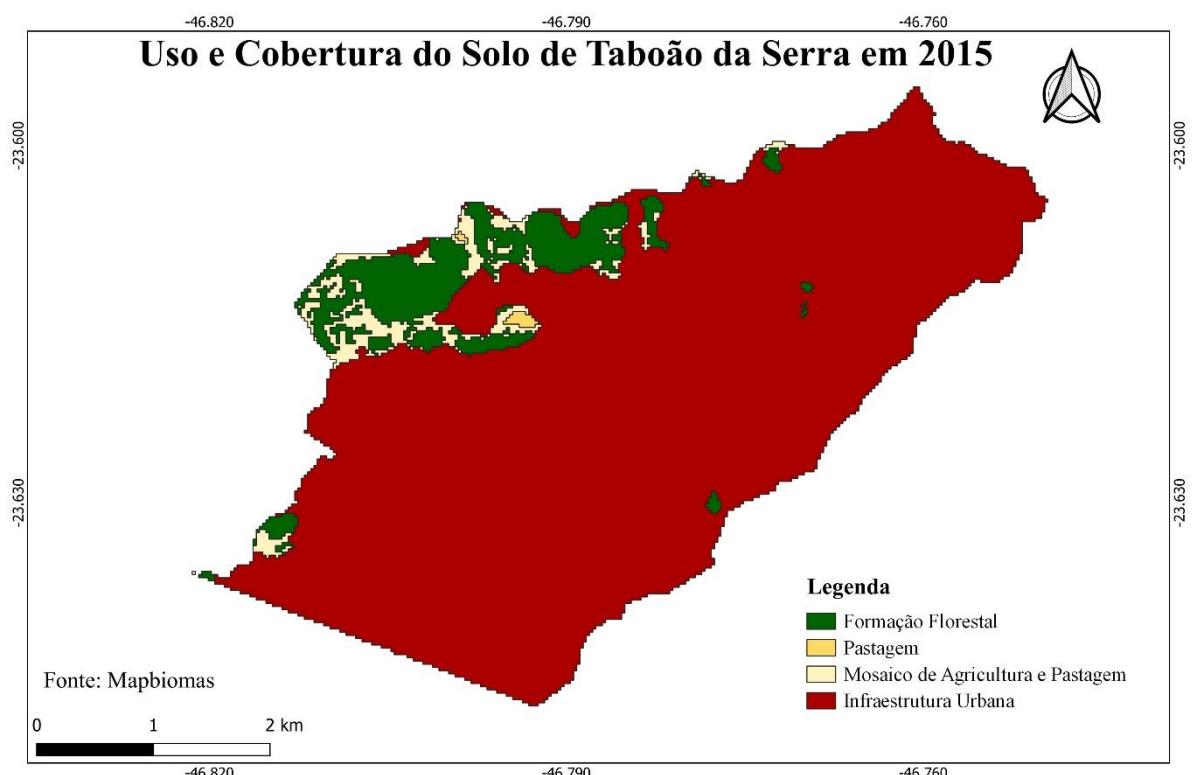
Mapa 7: Google Earth do município no ano de 2012. Fonte: Google Earth Pro.



Mapa 8: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2012. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.



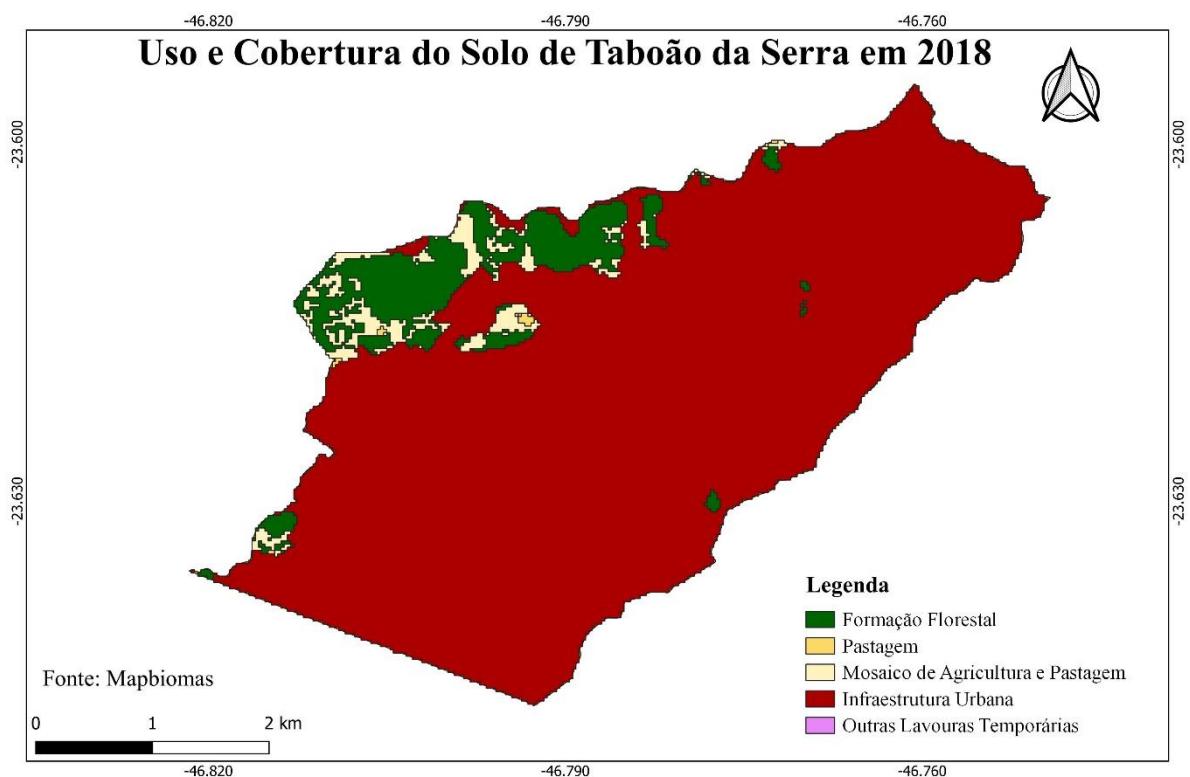
Mapa 9: Google Earth do município no ano de 2015. Fonte: Google Earth Pro.



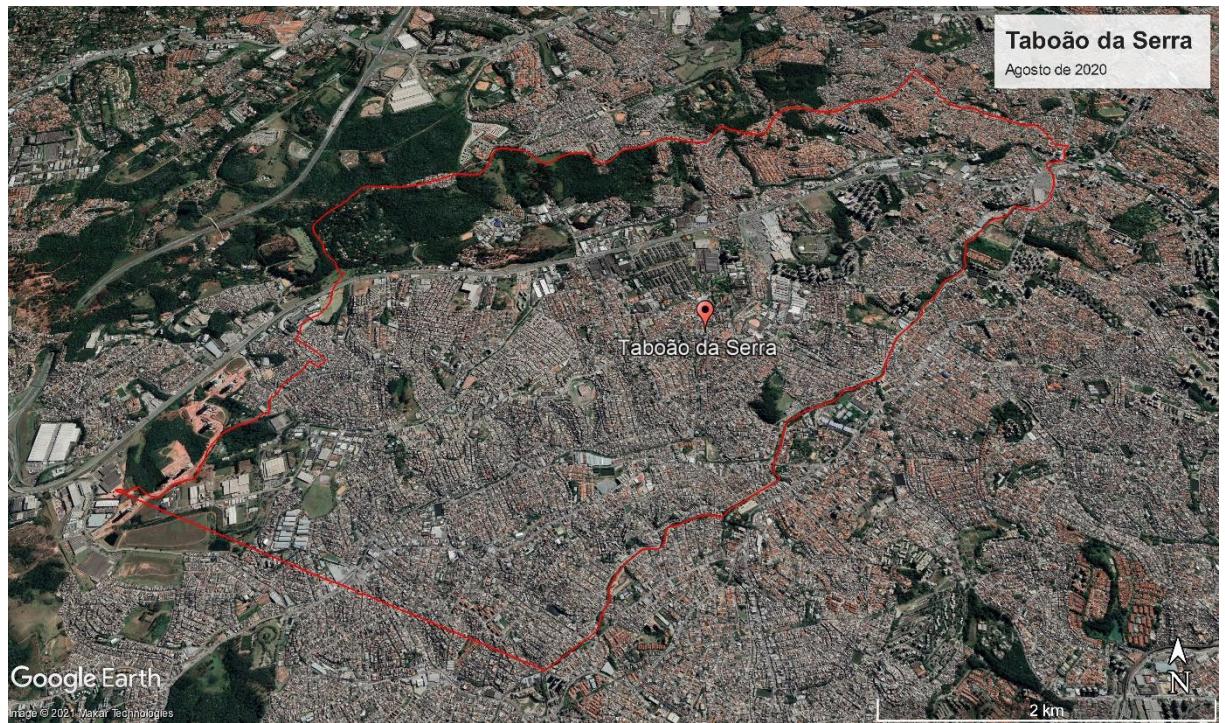
Mapa 10: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2015. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.



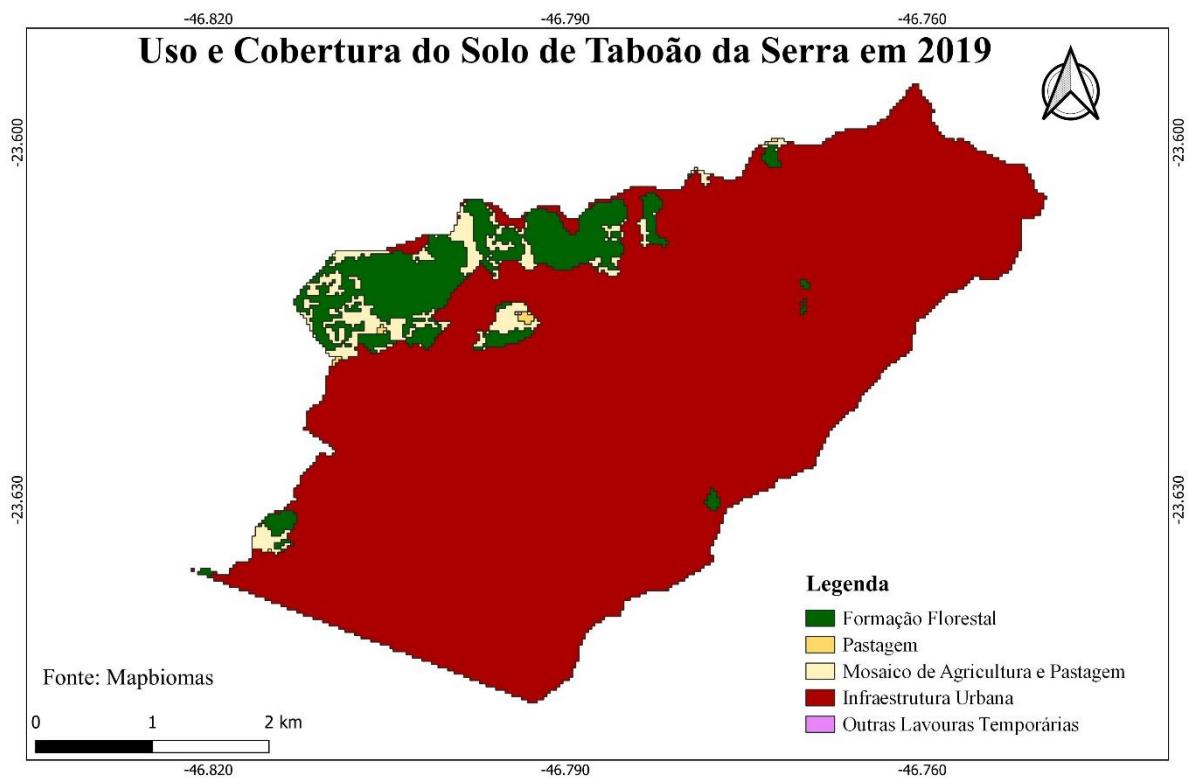
Mapa 11: Google Earth do município no ano de 2018. Fonte: Google Earth Pro.



Mapa 12: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2018. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.



Mapa 13: Google Earth do município no ano de 2020. Fonte: Google Earth Pro.



Mapa 14: Uso e Cobertura do Solo de Taboão da Serra em 2019. Elaborado por: Daniele Leal de Araújo, 2021.

A partir da disposição de todos os mapas e dados acima, é possível inferir pontos e questões a serem analisados e refletidos.

No decorrer do trabalho e nos levantamentos históricos sobre o município de Taboão da Serra, foi possível analisar que a partir da década de 60 houve uma expansão de agrupamentos denominados como “de baixa renda”. Além dessa expansão, houve significativo crescimento populacional a partir da década de 70, superando o crescimento da RMSP. Esse crescimento exorbitante se deu a instalação industrial no município e sua privilegiada localização em rodovias de importante ligação no estado e com municípios/cidades que comportavam indústrias.

Taboão nasce como uma periferia de São Paulo. É importante, nesse sentido, colocar a definição e compreensão de periferias. Ela vem como produto da forma intensa da especulação imobiliária. Um dos grandes agravantes da periferia é a falta de habitação de qualidade. Em geral o que temos são espaços destinados para uma grande densidade populacional, com pouca ou nenhuma infraestrutura, adensados pelas construções de moradias que enfrentam problemas estruturais e espaciais.

A periferia enfrenta, constantemente, problemas de infraestrutura e acessos distintas da cada espaço, enquanto seus moradores lutam pelo seu reconhecimento expressivo e legítimo como resistência. Além disso, esses moradores enfrentam dificuldades de reconhecimento Estatal de seus espaços como legítimos e legais.

Sob essas definições e percursos, e pelas análises dos mapas, observamos que desde 2006 (ano de início da análise sob o olhar de implementação do Plano Diretor Municipal), Taboão da Serra era estruturado como um município altamente urbanizado.

Essa urbanização é possível de se verificar a partir da alta densidade de lotes pequenos, fracionados e concentrados sob toda a disposição do município de Taboão da Serra observados sob as imagens adquiridas no Google Earth Pro. Com os dados do Mapbiomas, o mesmo é possível e passível de se analisar: uma grande “mancha” vermelha, sob a legenda de “Infraestrutura Urbana”, para explicar áreas verificadas como urbanizadas no município.

Essa urbanização do município é característica a periferização. O que difere de subúrbios do passado (MARTINS, 2002) pois os lotes em geral eram grandes e também com espaços para destinação de plantação e preservação de áreas verdes.

Em Taboão vemos grandes adensados espaciais, pouco espaçados, e fracionados. Retomando a história do município, na década de 70 a cidade passou a ser altamente ocupada e sem um acompanhamento direto dos órgãos municipais. Diversos espaços de lotes eram e foram doados até 2005 no município, como forma a atender demandas populacionais de

moradias, todavia sem o planejamento espacial e estrutural. Após esse ano, foi que a prefeitura criou a Secretaria especializada em cuidar destes processos de loteamentos e de Planejamento Urbano.

Além disso, sob a análise espacial das fotos ao longo das datas, poucas áreas são modificadas: de 2006 a 2009 uma pequena “porção” de área verde na região noroeste do município é suprimida e pequenas porções de área verde na região nordeste também passam pelo mesmo processo.

De 2010 e 2019, a porção nordeste do município tem uma significativa modificação de área verde para área de infraestrutura urbana, mostrando, assim, que mesmo suprimido de área urbana, o mesmo não para de se expandir.

Expansão essa que reflete no município ser o de maior densidade populacional de 2015-2020, e que essa densidade populacional se reflete em um crescimento periférico, sob análise espacial.

Com a implementação do Plano Diretor municipal (2006) é possível ver que alguns aspectos do objetivo de Planejamento Urbano não foram atendidos: implementação de programas como Minha Casa Minha Vida (2009) como processo de oferecimento habitacional a populações não é implementado no município; a urbanização periférica continua crescendo (espacialmente falando); a obtenção e datação de informações referentes a moradias e infraestruturas das residências do município não são computadas, tendo assim, apenas dados de âmbito federal, e não tendo dados e datação municipal de acompanhamento de infraestruturas e de habitações.

É importante colocar também que moradias são recursos de existência, vivências e práticas: cada periferia possui e detém suas particularidades, valores, memórias, vivências, dentre outros e o Estado, como o aspecto do micro municipal deve se preocupar em atingir essas minorias a partir de suas particularidades, e não reduzir a mesma em uma grande esfera “única”. Ao não ter dados particulares de cada bairro, a redução e generalização acabam por ser abordadas como forma de explicar o processo de perifização.

9 CONCLUSÃO

Sob os aspectos apresentados no trabalho e com as análises obtidas com as bibliografias e com a confecção e resultado dos mapas, é possível concluir que o processo de urbanização no município de Taboão da Serra se deu a partir da urbanização periférica. Não só em abordagem a partir do período dos mapas, todavia com as análises bibliográficas históricas, que o processo vem desde a estruturação e formação do município.

É passível de conclusão e discussão futuras a falta de dados quantitativos e pesquisas municipais, no que se refere a prefeitura, em estudar o processo de periferização dos bairros e acompanhamento ao longo dos anos para datação de infraestruturas e processos, e também para especificar bairros conforme suas necessidades e abordagens.

É importante concluir também a importância e relevância de dados gratuitos, especialmente as imagens de satélite (Google Earth) e dados de Uso e Ocupação do Solo oferecidos pelo Mapbiomas para agregar e possibilitar estudos de cunho científicos que agregam no setor de pesquisas públicas brasileiras. A implementação e acessibilidade destes dados trazem ferramentas importantes para realização de estudos.

Com a análise espacial e a percepção da urbanização periférica do município, é importante também traz a seguinte reflexão: a dificuldade e a não elaboração de dados anuais municipais traz a tona aspectos dos problemas enfrentados pela periferia de não poderem apresentar sua história e suas particularidades para sociedade, e que acabam colocando em um reduto geral de similaridade.

O trabalhador não só trabalha, ele vive as condições sociais, culturais e políticas do trabalho, e ele tem história dessas vivências, e das dificuldades que enfrentam. Olhar sob a perspectiva do trabalhador e do bairro, e não reduzir esses processos históricos, é de importante fundamentação a construir resistência nesses processos de urbanização e reconhecimento das periferias. Olhar o trabalhador, a periferia, e seus processos, é olhar o que se tem e o que se falta a fim de proporcionar, cada vez mais, uma fuga a condenação do cotidiano reprodutivo a repetição.

Por isso, ter um Estado e uma Prefeitura Municipal que possam buscar entender, estudar e buscar as dificuldades enfrentadas em cada urbanização periférica é um dos principais passos a fim de estabelecer melhorias a população: atingir a população com serviços essenciais, suprir acesso a moradia e estabelecer lazer e cultura são alguns dos principais passos a manter a população em encontro a sua “residência de vida”.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. (org.). BRASIL. **Imagens de Satélites**: Imagens de satélite e sua distribuição. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/aplicacoes-espaciais/imagens-de-satelite>. Acesso em: 10 set. 2020.

ANDRADE, Sandra Fernandes de. SENSORIAMENTO REMOTO E ALGUMAS APLICAÇÕES. **Caderno de Estudos Geoambientais - Cadegeo**, Rio de Janeiro, p. 15-27, 2011. Disponível em: <http://www.cadegeo.uff.br/index.php/cadegeo/article/view/5/5> . Acesso em: 15 fev. 2021.

ARAÚJO, James Amorim. **SOBRE A CIDADE E O URBANO EM HENRI LÉFÈVRE**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258/77901>. Acesso em: jan. 2021.

ARAÚJO, Wellison Tatagiba de. **Evolução urbana e dinâmica da paisagem em setores periféricos da metrópole paulista: o caso de Taboão da Serra-SP**. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-04102010-154430/pt-br.php> Acesso em: 15 fev. 2021

ARCGIS ENTERPRISE. Portal For Arcgis. **KML**. 2021. Disponível em: <https://enterprise.arcgis.com/pt-br/portal/latest/use/kml.htm#:~:text=O%20KML%20%C3%A9%20um%20formato,ArcGIS%20Earth%20e%20Google%20Earth.&text=A%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20KML%20tamb%C3%A9m,o%20usu%C3%A1rio%20clica%20na%20fei%C3%A7%C3%A3o%20do%20KML>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas na Reconfiguração Territorial da Justiça Social e dos Direitos à Cidade. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Glória Alves; Rafael Faleiros de Padua. (Org.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2017

BENICIO, Taís Teresinha D'Aquino. **Saneamento e Paisagem: um potencial de transformação nas periferias**. 2015. 193 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-09092015-104742/pt-br.php>. Acesso em: 13 jan. 2021

BRASIL. IBGE. (org.). **Sensoriamento Remoto**: conceitos gerais - o que é cartografia? 2021. IBGE. Disponível em: <https://atlassescolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-cartografia/sensoriamento-remoto.html> . Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Taboão da Serra**: Panorama - Pesquisas - História & Fotos. 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taboao-da-serra/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. . **RADAM-D**. 2021. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html> . Acesso em: 01 fev. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**. Estudos Avançados, [S.L.], v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200021#:~:text=Decorre%20da%C3%AD%20o%20fato%20de,acumula%C3%A7%C3%A3o%20proveniente%20da%20agricultura%20cafeeira%2C. Acesso em: nov. 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jan. 2021. BRASIL.

Editores, O. MARTINS, José de Souza. (2002). Espaço & debates 42 Periferia revisitada. Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP, 2001 – nº42.

FILHO, Hermógenes Saviani. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. Econ. soc. vol.22 no.3 Campinas Dec. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300010. Acessado em: 05 nov. 2020

FONSECA, M. F.; MATIAS, L. F. **Planos Diretores Municipais e o zoneamento urbano: uma análise da (des)articulação entre os instrumentos de planejamento territorial no entorno do Reservatório de Salto Grande (SP)**. Sociedade & Natureza, v. 25, n. 1, 4 jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/17492>. Acesso em: jan. 2021.

GOULART, Jefferson O. **Processo constituinte e arranjo federativo**. Lua Nova, n. 88, p. 185-215, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n88/a07n88.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. **Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade**. Revista de Administração Pública, v. 50, n. 3, p. 455-476, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n3/0034-7612-rap-50-03-00455.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

INPE. **DETER**. 2021. Observação da Terra. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INPE. **PRODES - Amazônia**: Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. 2021. Observação da Terra. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LEI FEDERAL Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: jan. 2021.
 BRASIL.

LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea.** Confins [Online], 14 | 2012. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/7424>. Acesso em: jan. 2021.

MAPBIOMAS (Brasil) (org.). **O PROJETO.** 2020. Mapbiomas (ONG). Disponível em:
<https://mapbiomas.org/o-projeto>. Acesso em: 15 out. 2020.

MARICATO, Erminia. **Para Entender a crise urbana.** / 1.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.

NASCIMENTO, Luciana Dias do. **O uso do Geoprocessamento na Regularização Fundiária e Urbanística: uma proposta de apoio à decisão aplicada ao município de Taboão da Serra-SP.** Tese (Mestrado em geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-24082009-161242/pt-br.php>. Acesso em: 18 mai. 2020.

NOIA, Paula Regina da Cruz. **Participação e qualidade do ambiente construído na habitação: processo e produto no programa minha casa minha vida – entidades.** Tese (doutorado em arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-22062017-151733/en.php>. Acesso em: 12 out. 2020

NOVO, E, M, L, M; PONZONI, F. J. **Introdução ao Sensoriamento Remoto.** Instituto Nacional de pesquisas Espaciais, Divisão de Sensoriamento Remoto, 2001. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1aYYw5nnYNq87Uk3va-6_KxVkoLUJH0dH/view. Acesso em: fev. 2021.

NOVO, E, M, L M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações.** São Paulo. Edgard Blucher. 1989.

O TABOANENSE (Taboão da Serra). **Taboão da Serra é a cidade com maior densidade populacional do Brasil pelo 5º ano consecutivo.** 2020. Jornal O Taboanense. Disponível em: <https://www.otaboanense.com.br/taboao-da-serra-e-a-cidade-com-maior-densidade-populacional-do-brasil-pelo-5o-ano-consecutivo/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PETERS, B. G. "Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes", Public Administration 76: 408-509. 1998.

PETERS, B. G. **The Politics of Bureaucracy**. White Plains: Longman Publishers. 1995.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA (a). **Taboão da Serra: construindo uma história nas trilhas do futuro**. Secretaria de Educação e Cultura. São Paulo: Nativa, 2004. Acesso em: dezem. 2020.

PRIETO, Immaculada; MENEZES, Murilo; CALEGARI, Diego. (Brasil). **Plano diretor: como é feito e para que serve?** 2017. Politize!. Disponível em: <https://www.politize.com.br/plano-diretor-como-e-feito/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RESENDE, Marília Ruiz e. (Brasil). Politize!. **A Constituição Cidadã de 1988**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

REZENDE, Heloísa Diniz de. **Forma. Reforma. Desforma: o novo formato da política pública para favelas**. Dissertação (mestrado arquitetura) FAUUSP. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-08092015-140634/pt-br.php>. Acesso em: dezem. 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, [S.L.], n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: jan. 2021.

Taboão da Serra (Município). **“Plano Diretor Participativo e o Sistema de planejamento Integrado e Gestão participativa do Município de Taboão da Serra.”** Taboão da Serra, 2006. Disponível em: <https://ts.sp.gov.br/leis-e-normas/plano-diretor> . Acesso em: abril. 2020

TABOÃO DA SERRA - PLANO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (PHIS). Diagnóstico da situação habitacional. Legislação Vigente que incide sobre a questão habitação. Taboão da Serra, 2010, 286 p.

VARES, Sidnei Ferreira de. **A Dominação na República Velha: Uma Análise Sobre os Fundamentos Políticos do Sistema Oligárquico e os Impactos da Revolução de 1930**. História: Debates e Tendências, v. 11, p. 121-139, 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2491/1646>. Acesso em: 15 nov. 2020.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10082012-183616/en.php> .Acesso em 13 abril. 2020.

VOTORANTIM CIMENTOS . AS REGRAS DA CIDADE: PLANO DIRETOR E LEI DE ZONEAMENTO: Plano Diretor e Zoneamento são leis que definem onde e como você pode construir; participe!. 2014. Disponível em: <https://www.mapadaobra.com.br/negocios/as-regras-da-cidade-plano-diretor-e-lei-de-zoneamento/#:~:text=%C3%89%20a%20Lei%20de%20Zoneamento,se%20%C3%A9%20preciso%20deixar%20recuos>. Acesso em: 18 jan. 2021.